



vidas presentes

Luíz
Eduardo
Soares

Gravuras de
Francisco Maringelli

vidas presentes

Luiz
Eduardo
Soares

Rio de Janeiro, janeiro de 2017.



FICHA TÉCNICA:**Autor**

Luiz Eduardo Soares

Gravuras

Francisco Maringelli

Equipe de Pesquisadores e Articuladores

Natalia Guindani, Pedro Gama, Alessandra Biliani, Aline Brito, Bruna Cardiano, Cláudia Martins, Deise da Mota Pimenta, Edna Costa, Flávia Mendonça, Inês Andrade, Maria Severa, Michelle de Freitas, Rodrigo Silva de Oliveira, Tábata Rodrigues Lugão, Tainá Alvarenga, Tatiana Salvador, Valéria Randolpho, Vanessa Garcia.

Revisão

Marco Petucco

Diretor de criação

Otho Garbers

Projeto Gráfico

Gláucia Cavalcante

Impressão

Grupo Pigma Realize

PROJETO ALUNO PRESENTE:**Realização**

Associação Cidade Escola Aprendiz

Apoio ao Projeto Aluno Presente

Fundação Education Above All

Parceria do Projeto Aluno Presente
Secretaria Municipal de Educação
do Rio de Janeiro

Direção executiva

Natacha Costa

Consultora de Conteúdo e Metodologia

Eliana Sousa Silva

Consultora de Sistematização

Miriam Krenzinger

Coordenação Geral

Julia Ventura

Comunicação

Andréa Blum

Monitoramento e Avaliação

Dálcio Marinho
Bianca Cambiaghi
Raquel Sousa

Coordenação de Campo

Gisele Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

S655v	Soares, Luiz Eduardo	1954
1.ed.	Vidas presentes / Luiz Eduardo Soares; ilustração Francisco Maringelli – 1.ed. – Rio de Janeiro: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017.	
	124 p.; il.; 20x24 cm.	–
	ISBN: 978 -85 -64569 -069 -5	
	1. Educação. 2. Ciências Sociais. 3. Antropologia Cultura l. 4. Literatura brasileira - crônicas . I. Maringelli, Francisco.	
II. Título.		CDD 370 CDU 37.06 (81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Educação
2. Antropologia cultural

Sumário

5	Apresentação
9	Introdução aos relatos
15	Cajueiro
25	Morro Alto
33	Gavião
41	Sexta-feira
47	Nem a casa, nem a vida
55	Lapso
61	IBGE
67	Noite
73	Amor à primeira vista
79	Renascimento
85	Papéis
93	Arte da mediação e das soluções locais
101	As virtudes do escândalo
109	Prisão domiciliar
117	Acabou



APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta um conjunto de relatos que decorrem do trabalho realizado pela equipe de articuladoras e articuladores locais do projeto *Aluno Presente*, uma iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz, com o apoio da Fundação Education Above All. Realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto, durante três anos, desenvolveu ações estratégicas, buscando garantir o direito de acesso à educação básica das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos da cidade do Rio de Janeiro, atuando, principalmente, na identificação e localização daqueles que não estavam matriculados e na prevenção da infrequência e da evasão escolar.

Por meio de metodologia inédita, o *Aluno Presente* localizou mais de 23 mil crianças e adolescentes fora da escola, organizando-se em diferentes escalas e heterogêneas linhas de atuação, abarcando desde o nível central de uma gestão intersetorial até a busca ativa e articulações em

nível territorial. Com isso, conseguiu reconduzir, às salas de aula, cerca de 22 mil crianças e adolescentes.

Organizado na forma de narrativas de alguns dos casos atendidos pelo projeto, este livro tem o propósito de dar visibilidade às estratégias usadas pelas articuladoras e articuladores locais no enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que levam crianças e adolescentes aos processos de exclusão, infrequência e evasão escolar na cidade do Rio de Janeiro.

Em síntese, as experiências que serão descritas revelam que precisamos urgentemente de novas estratégias que se mostrem capazes de sensibilizar toda a sociedade para essa agenda e garantir o enfrentamento efetivo das situações de violação de direitos a que está submetida parte de nossas crianças e nossos adolescentes. Para isso, é necessário desenvolver um olhar que inclua a escuta e o preparo na abordagem de demandas complexas, considerando as contribuições da sociedade civil, sobretudo da população que vive nos territórios, e de todos os agentes públicos diretamente responsáveis pelo processo de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Acreditamos que os relatos densos e sensíveis que Luiz Eduardo Soares apresenta neste livro são uma contribuição fundamental nesta tarefa.

O direito a educação é um direito universal. Cabe a nós compreender, com profundidade, a realidade e assumir o compromisso de criar, **hoje**, as condições necessárias para que cada criança e cada adolescente, sem exceção, tenha seu direito efetivado. Não há tempo a perder.

Natacha Costa e Eliana Sousa Silva
Projeto Aluno Presente



INTRODUÇÃO AOS RELATOS

Luiz Eduardo Soares

Ouvir os depoimentos comoventes e reveladores das articuladoras e dos articuladores do projeto *Aluno Presente* foi um privilégio. Tê-los transformado em relatos literários, porém fiéis aos testemunhos, constitui minha contribuição ao trabalho que realizaram. Tive o cuidado de mudar os nomes dos envolvidos, inclusive das articuladoras e articuladores e, quando necessário, dos locais de moradia e das escolas. Situações conflitivas recomendam prudência na divulgação de identidades.

Minha intenção, ao escrever os relatos, foi dupla: por um lado, ordenar os casos em narrativas que sirvam como registro etnográfico; por outro, converter a sequência de fatos vividos e lembrados, reportados pelas articuladoras e articuladores, em narrativas que suscitem empatia, porque só assim o conhecimento pode se encontrar com a sensibilidade e os afetos.

Nesse sentido, a interpretação crítica que caberá à leitora e ao

leitor poderá ser estimulada a transcender a dimensão estritamente cognitiva, abrindo-se ao apelo por compromisso com a transformação efetiva de um quadro intolerável de desigualdades extremas. Parte do problema que nos desafia no Rio de Janeiro e no Brasil é o modo pelo qual a sociedade percebe e assimila a tragédia social descrita nos relatos que se seguem, naturalizando-a, tomando-a como se fora um aspecto da paisagem. Naturalizar o fenômeno da criança fora da escola significa negar o caráter historicamente construído das desigualdades, neutralizando sentimentos de indignação e terceirizando responsabilidades. Portanto, gerar empatia implica desmontar mecanismos de naturalização. Ao mero conhecimento dos fatos, acrescenta-se, assim, o sentido de urgência e responsabilidade. Esse processo pode deflagrar a passagem da leitura como contemplação passiva para o comprometimento com o imperativo ético da mudança.

Os relatos pretendem dar visibilidade ao trabalho notável de articuladoras e articuladores, operadores na ponta de um projeto que envolve muitas outras e muitos outros profissionais, cujas contribuições foram, certamente, decisivas para que os esforços no terreno fossem bem sucedidos. O projeto *Aluno Presente* ajudou a desvelar uma realidade complexa e chocante, a exigir intervenções urgentes do poder público, de grande magnitude. Mas ajudou, também, a demonstrar como é possível e necessário reduzir danos e salvar vidas, enquanto não se implementam soluções amplas, consistentes, institucionalizadas e definitivas.

Devemos assinalar, com ênfase, que a educação figura entre os direitos humanos e que a Constituição Federal consagra o acesso à educação, em condições de equidade, como um dos fundamentos da cidadania.

Agradeço muito especialmente a Miriam Krenzinger, Natália Guindani e Pedro Gama, que compõem a equipe de sistematização, pelas entrevistas e pela promoção dos encontros nos quais foram colhidos os depoimentos, sempre produzidos em ambiente de plena liberdade e abertura ao diálogo e, por isso, sempre qualificados, expressivos e densos.

Sou grato à equipe central do *Aluno Presente*, sobretudo à liderança das colegas Natacha Costa e Eliana Sousa Silva.

Agradeço, por fim, às articuladoras e aos articuladores, mesmo àqueles cujos depoimentos não destaquei, porque o conjunto foi fundamental para viabilizar a compreensão de cada testemunho particular. Gostaria de destacar as(os) articuladoras(es): Alessandra Biliari, Aline Brito, Bruna Cardiano, Cláudia Martins, Deise da Mota Pimenta, Edna Costa, Flávia Mendonça, Inês Andrade, Maria Severa, Michelle de Freitas, Rodrigo Silva de Oliveira, Tábata Rodrigues Lugão, Tainá Alvarenga, Valéria Randolpho e Vanessa Garcia. Espero ter conseguido transmitir o contexto mais abrangente em cada narrativa, sem descuidar de sua singularidade. Minha admiração por elas e eles é maior do que poderia, aqui, expressar.





1.

CAJUEIRO

Ouvir Ao meio-dia, o sol na favela do **Cajueiro** derrete qualquer esperança de apaziguamento. O dia de trabalho de Mariana está longe de chegar à metade, apesar de ter acordado às cinco da manhã para atravessar a cidade, de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, passando por Santíssimo, Senador Camará, Bangu e Realengo, àquele enclave de pobreza no coração comercial da zona norte, em Madureira. Duas tarefas importantes previstas em sua agenda já estão cumpridas: a visita à **CRE 9**, para atualizar a lista dos alunos infrequentes na região, e a entrevista com a diretora da escola Rinaldo Musse, para acompanhar a adaptação de duas crianças e um adolescente recém-matriculados, depois que o tráfico obrigou sua família a mudar-se para longe de onde residiam e, portanto, para longe da escola que frequentavam. A tarde promete algumas dificuldades.

A rotina das articuladoras é feita de surpresas e sobressaltos. Os

obstáculos multiplicam-se pelas mais diversas razões. Para enfrentá-los, são necessárias perícia e sensibilidade. Por exemplo, solicitar, ao líder local do tráfico ou da milícia, autorização para realizar o trabalho naquela área. Nada ocorre no território sem o seu conhecimento e sua anuência. Não fosse Mariana uma articuladora experiente, o projeto *Aluno Presente* lhe pareceria inviável. Quase sempre, os desafios superam o plano profissional. Requerem sangue frio, presença de espírito, disposição física e equilíbrio, além de coragem para aceitar o risco à própria vida. As articuladoras reúnem virtudes da repórter de guerra – porque mantêm-se lúcidas, sem perder o foco, mesmo numa troca de tiros –, da embaixadora – que negocia em condições adversas, submetida a tensão extrema –, da psicóloga – que sopra vida no vazio da impotência – e da assistente social – que vive todos esses momentos refletindo sobre os pressupostos sociais e as implicações desses fenômenos para as famílias e a comunidade, antecipando-se ao desdobramento das crises, sem deixar que seu compromisso com a população mais vulnerável seja abalado. Não é pouca coisa.

Mariana sobe o morro, dirigindo-se à associação de moradores em busca de ajuda para identificação de algumas famílias, e aproveita a caminhada para exercitar o que, no âmbito do projeto, é chamado “busca ativa”. Enquanto caminha, observa o cenário, o tumulto de vozes e mototáxis acelerando, ambulantes descendo para mais um turno no asfalto. Lixo e esgoto sem tratamento drenando a saúde de tanta gente. A beleza do Rio derrotada. Como o radar está sempre ligado, ela percebe um menino que se destaca porque está só, parado, maltrapilho. Ele é magro e está sujo. Mariana se aproxima, mas é a criança que a aborda primeiro. Quer saber o que a tia faz, por que está ali. Mariana diz que está ali para ajudar as crianças a entrar na escola. Pergunta-lhe o nome e prossegue:

“Onde está sua mãe?”

O menino cala-se.

“Onde você mora?”

“Eu não moro”, ele diz.

“Como assim? Onde é sua casa?”

“Aqui.”

“Aqui, onde? Qual é a sua casa?”

“Aqui mesmo. Não tenho casa.”

Mariana indaga pela mãe.

“Está por aí”, ele diz.

“Como, por aí? Por aí, onde?”

“Lá embaixo. Deve estar na rua, embaixo da favela.”

A criança tem nove anos.

“E sua família?”

“Não tenho ninguém, não”, ele explica.

“Seu pai?”

Ele abaixa a cabeça.

“Não tem vó, tia, tio?”

“Não.”

“E a escola?”

“Não tenho escola, não, tia.”

Mariana imagina que será difícil descobrir o paradeiro da mãe, mas procura transmitir confiança: “Então, vamos até a rua, falar com sua mãe”. “Lucinete”, ele diz, “o nome dela é Lucinete.”

Descem, os dois, até a rua que desemboca na entrada da favela do Cajueiro. O menino caminha um pouco à frente, dirigindo os passos de Mariana. Lá estão homens e mulheres usuários de crack, dormindo na calçada, à sombra das marquises, entre as lojas, enrolados no que resta de seus cobertores, envoltos até a cabeça em trapos e papelão, infensos ao calor. Todos parecem ter a mesma idade, envelhecidos, esquecidos de si, ignorados pela sociedade. Impossível saber qual dos andrajos esconde a mãe. Enquanto Mariana hesita, por respeito e pudor, o menino não faz cerimônia: levanta o pano do primeiro, do segundo, do terceiro homem que dorme. Nenhum deles acorda com o movimento e o impacto da luz. Hibernam, indiferentes. Toda a energia está concentrada na metabolização da droga e sabe-se lá em quais fantasmas internos. O quarto embrulho humano é a mãe do menino. Ele a chama aos gritos, porque o sono é pesado, opaco,

impermeável. O menino balança o corpo da mãe com os pés e lhe dá uns bicos com a sandália de dedo. Mariana pede que ele não chute.

“Tem que ser assim mesmo, tia, senão ela não acorda. Tá doidona”, ele diz.

Mariana assume o comando, põe a mão sob a nuca da mulher e ergue sua cabeça, lentamente, chamando-a em voz baixa e serena.

“Lucinete, precisamos falar com você. Seu filho está aqui.”

Com esforço, Mariana apoia o tronco da mulher com o braço até que ela consiga sentar-se. Aos poucos, a vigília impõe-se, ainda que, entre a consciência e as palavras, estenda-se um véu nebuloso. A fala da mãe é pontuada por cortes, pausas prolongadas, alheamento. Compreende-se que ela não esteja presente na vida do filho. Ela não está presente em sua própria vida.

“Olha, aqui, seu filho.”

Lucinete quer saber quem é Mariana e onde o encontrou. Quando ouve que a criança estava no Cajueiro, reage com força:

“Vão te pegar, garoto, vão te matar.”

Mariana compreende o que houve: todos os parentes de Lucinete foram expulsos da favela pelo novo gerente do tráfico, ainda que ele pertença à mesma facção do chefe anterior. Talvez por suspeita de que tenham se envolvido em delação ou dívidas. Todos partiram para longe. Lucinete não tem a menor ideia sobre o destino deles. Preferiu ficar rondando a favela, sem entrar, porque ali conseguia a droga sem a qual não sobrevivia. O filho permaneceu por perto, porque a mãe era sua referência.

As demais informações são imprecisas. A mãe não tem a certidão de nascimento do menino. Como não sabe para onde foram os parentes, não resta ninguém a quem possa transferir a guarda do filho. Reconhece que não está em condições de cuidar da criança.

Mariana conhece perfeitamente os trâmites e protocolos. O Conselho Tutelar teria de ser convocado a intervir. O menino seria levado a um abrigo. O melhor destino que o aguardaria, entretanto improvável, seria a adoção. Antes de dar esse passo, decide tentar mais uma vez, investigar

mais, dar outra chance ao acaso – também chamada *providência*. Aquele menino tem alguma coisa intrinsecamente encantadora, o pequeno baluarte da resiliência.

Mariana o acompanha de volta ao que ele descreve como sendo seu lugar. Ele não crê no perigo divisado por sua mãe. Naqueles metros quadrados que constituem seu espaço, tem acesso a pão e leite, graças à generosidade do pequeno comércio local. Mariana concorda: esmirrado, frágil, que risco poderia representar para os traficantes armados? Ela promete ajudá-lo a encontrar algum familiar para que ele tenha uma casa e uma escola. Marca um encontro ao lado do Instituto Educacional Carmela Dutra, no dia seguinte, às duas da tarde. Certifica-se de que ele conhece o lugar e sugere que ele pergunte as horas no bar, no armazém, aos transeuntes. Ela não faltará. Precisa que ele não se esqueça, nem se engane com o horário.

Há dias que terminam e a deixam exausta. Há dias que simplesmente não terminam, recusam-se a fechar a cortina e encerrar o expediente. Há histórias que comovem, mas passam, deslocadas para o almoxarifado interno, aquele espaço da memória que acumula restos de lembranças e emoções cuja reativação exige esforço e a mobilização da vontade. Há, entretanto, histórias que resistem ao sentido do dever cumprido, ao tempo, ao esquecimento, e que tomam de assalto o coração, involuntariamente. Mariana teve a certeza de que essa era uma delas quando a angústia e a expectativa pelo desenrolar do caso suplantaram seu esgotamento físico e o sono.

Às duas em ponto do dia seguinte, ambos estão no local marcado, Mariana e a criança. Ambos ansiosos. Escapando ao comportamento padrão, a articuladora oferece o sanduíche que trouxe de casa. O menino morde o pão com enorme prazer. As articuladoras do projeto costumam dizer que é preciso persistência e paciência, porque a narrativa não se entrega de imediato, completa, fechada, redonda, com início, meio e fim. O relato é fugidio, colore-se de acordo com o cenário e o contexto, contradiz-se, avança, recua, ao sabor do momento, agregando detalhes

que modificam o sentido. O depoimento do sujeito vulnerável é de difícil apreensão, escorregadio como um réptil. Afinal, é necessário proteger-se, desconfiar e guardar brechas para a fuga ou a negação. As histórias vão se tecendo, dia após dia, novos enredos sendo acrescentados como os puxadinhos das casas populares. Na véspera, não havia ninguém que Mariana pudesse procurar. Nenhum familiar, nenhum amigo. Mas a cena agora é outra. Nesse novo capítulo, depois da insistência de Mariana, o menino menciona a madrinha. O processo avança. Se há madrinha, há esperança. Quem sabe ela aceita assumir a responsabilidade pelo afilhado? O problema – sempre há algum; nada é fácil para as articuladoras – é que a madrinha reside no morro do Cajueiro, de onde a família da criança foi banida. Uma coisa é pernoitar na rua, enquanto se é criança. Outra, bem diferente, é estabelecer residência fixa e crescer em território proibido. Além disso, o que aconteceria com a madrinha?

O menino conhece bem a favela e sabe onde mora a madrinha. Cabe-lhe guiar a tia até lá. A receptividade foi amistosa, mas hesitante. A senhora entende a gravidade da situação a que o menino foi relegado e não se recusa a recebê-lo, até porque se sente só – os filhos cresceram e estão saindo de casa. Entretanto, o veto do tráfico não pode ser ignorado. A vida dela estaria em jogo.

Mariana compreende o ceticismo da madrinha, mas pondera que o obstáculo talvez possa ser vencido, em se tratando de uma criança. Ela é perita em negociações delicadas, conhece a linguagem adequada e os gestos codificados. Sabe como e o que dizer, e quando calar-se. Sabe ceder, exibir humildade e respeito, mostrando-se confiável, embora firme, independente e determinada. Sente-se razoavelmente segura para executar a tarefa, ainda que nunca perca o medo nesses encontros com homens poderosos, que fazem as próprias leis, porque a experiência já lhe ensinou que os indivíduos diferem uns dos outros, o que introduz uma dose de incerteza nos diálogos e torna necessária a criatividade na aplicação de quaisquer regras gerais. É indispensável identificar as características singulares de cada contexto e cada dono do morro. Seu trunfo é

o projeto, *Aluno Presente*, cuja imagem é positiva para todos que o conhecem, inclusive traficantes e milicianos.

“Se o dono do morro autorizar, a senhora fica com a criança?”

A madrinha concorda. Mariana vai tentar a última cartada. A senhora teme e não crê, mas Mariana está decidida. Pede que o menino a acompanhe. Chama o primeiro jovem armado que encontra, um olheiro do tráfico:

“Quero falar com teu chefe. Ele pode me receber? Não é nada de mais. Quero só pedir a ele uma coisa.”

O rapaz passa um rádio informando que a tia *black* da escola estava ali e queria vê-lo. Autorizada a subir, Mariana sobe o morro, guiada, mais uma vez, pela criança, que lhe oferece a mão para escalar uma pedra maior:

“Você é tão magrinho, como é que vai ter força pra me segurar?”

Finalmente, o barraco do chefe. Ele recebe os visitantes, solícito, sem perder a majestade. Ela se dá conta de que ele a conhece, mesmo que ela nunca o tenha visto. Ele quebra o gelo:

“O que é que tu manda?”

“Eu queria te pedir uma coisa.”

“Dá o papo.”

“A família desse menino foi expulsa do morro e deixou ele sozinho. Ele está na rua, sem estudar, sem comer direito, na chuva e no sol, sem ninguém. A madrinha dele mora aqui e aceita ficar com ele, desde que tenha sua autorização. Ele é muito pequeno, não vai fazer mal a ninguém, não está envolvido com nada, nem ninguém. Basta sua ordem e tudo vai se resolver. Eu posso conseguir uma escola pra ele.”

“Se ele não me trouxer problema, tudo bem. Mas nenhum parente pode pôr os pés aqui.”

Este foi o veredito. Mariana supõe que a conversa tenha fluído tão bem porque o chefe é um homem mais maduro do que geralmente são os líderes do tráfico no Rio de Janeiro. Eles morrem cedo ou são presos, e a sucessão eleva ao poder rapazes cada vez mais novos e inexperientes.

O menino está feliz. Vai ter uma casa, uma família e uma escola.

Mas nem tudo está solucionado. A madrinha não tem nenhum documento da criança, sequer o mesmo sobrenome. Mariana recorre à CRE, explica o drama do Cajueiro, descobre que o menino já tinha registro na rede pública de educação e pede que ele seja matriculado imediatamente, enquanto ela corre atrás dos papéis. A solidariedade entre profissionais da CRE, da escola e as articuladoras funciona. É mais forte do que os entraves burocráticos. A madrinha envia áudios com mensagens do menino. Ela se comove e se orgulha do projeto, do trabalho, da iniciativa que venceu o justificado pessimismo.

Pesquisando a documentação que faltava reunir, Mariana descobre que a mãe do menino morreu de overdose e foi sepultada como indigente. Transmite a notícia à madrinha. Pouco depois, recebe o recado: o menino quer que a tia vá ao seu encontro. Mariana interrompe a agenda. Também sente muita vontade de estar com ele. Na porta de entrada de sua casa, no morro do Cajueiro, ele a vê, abraça-a com toda a força, e chora.



2.
MORRO
ALTO

Rick e Michel, de sete e dez anos respectivamente, estavam na casa da tia quando Antonia os encontrou. Eles haviam abandonado a escola. A tarefa da articuladora era descobrir onde moravam e identificar os motivos da evasão.

Seguindo as pistas fornecidas pela **CRE 8**, com base em documentação antiga, chegou à **favela Morro Alto, na região oeste** da cidade. Como de hábito, buscou ajuda na associação de moradores. O presidente a conduziu ao barraco de dona Amélia. No caminho, cruzaram com um dos dirigentes da milícia que domina o território. O homem os cumprimentou. Ele sabia muito bem quem era Antonia e o que fazia. Previdentes, as articuladoras não entram em nenhuma área sem apresentar-se às lideranças locais, direta ou indiretamente. Ela poderia representar uma ameaça ao poder instalado se fosse jornalista ou policial, ou, quem sabe?, agente de algum grupo miliciano rival ou de alguma facção do tráfico.

Não se transita no Rio de Janeiro sem conhecimento das fronteiras e respeito à soberania das autoridades marginais. Essa atitude não torna os cidadãos cúmplices do crime; apenas garante sua sobrevivência e viabiliza a realização de seu trabalho. A confiabilidade do transeunte, não sendo morador, depende do aval de algum morador ou de uma autoapresentação objetiva e transparente. Melhor não suscitar suspeitas. Nunca se pode avaliar a extensão das dúvidas e o grau de violência de eventuais medidas preventivas.

O problema é que nem sempre as regras são claras. Além disso, há armas em abundância e a prudência é escassa. Sobretudo entre os mais jovens, que, no mundo do tráfico de drogas, por vezes, são adolescentes mal saídos da infância. Quando estão sob efeito de cocaína ou crack, nunca se sabe do que seriam capazes. O carioca popular é um passageiro temeroso e alerta, que circula em circuitos geopolíticos complexos e cambiantes. Portanto, é apropriado aplicar, ao Rio, o que Tom Jobim afirmou sobre o Brasil: “Definitivamente, não é para principiantes”. Não são raros os casos em que uma manobra equivocada de um automóvel à noite, levando-o ao interior de um território controlado por traficantes, termina em tragédia.

Milicianos são, em média, mais velhos e menos impulsivos quando estabelecem sua ordem criminoso em uma comunidade. São profissionais tarimbados: policiais e ex-policiais, bombeiros e ex-bombeiros, com pretensões a estender sua influência à política institucional. Nem por isso, devem ser subestimadas as violações que praticam e o roubo coletivo que perpetraram sistematicamente, exigindo percentuais de todos os serviços e transações comerciais, cobrando taxas para a ocupação do solo, a moradia, uso de água, gás e luz.

Antonia respondeu ao aceno da autoridade local e seguiu, conduzida pelo presidente da associação. A casa de dona Amélia seria melhor descrita como um barraco mais modesto do que os demais. A abordagem foi delicada, como deve ser, mas a senhora não parecia disposta a colaborar. Exibia um misto de irritação e temor. As perguntas de An-

tonia, sua preocupação com as crianças, não eram bem-vindas. Dona Amélia economizou palavras:

“Não vou dizer nada. Vá à casa do pai dos meninos. Vá lá.”

E deu-lhe o endereço.

Antonia seguiu a orientação. Agradeceu a atenção e prometeu voltar depois de conversar com o pai. O importante era entender o que se passava, por que as crianças abandonaram a escola e o que poderia ser feito para corrigir a situação. O presidente da associação, sempre solícito, desceu com Antonia e lhe indicou o ônibus que a levaria às cercanias da **favela do Rolo**.

Alcançou o endereço que anotara, depois de uma baldeação na associação de moradores da **favela do Rolo**, que lhe valeu uma espécie de passe livre provisório, sendo impossível, naquele momento, obter licença permanente da autoridade local – ali reinavam traficantes. Janela fechada, nenhum ruído, ninguém atendia à porta. Antonia insistiu, bateu na porta, chamou por Sidney, em vão. Preparava-se para desistir quando a vizinha lhe fez um sinal discreto e sussurrou, movimentando exageradamente os lábios para fazer-se compreender:

“Tem gente em casa, sim.”

Antonia voltou à carga. Não perderia a visita sem esgotar todas as tentativas. Gritou, bateu na porta com mais força, e na janela. Finalmente, a resposta, também aos gritos:

“Ele não mora mais aqui.”

A vizinha, que acompanhava a cena da janela entreaberta, balançou a cabeça negativamente e disse, pela mímica dos lábios:

“Mora, sim.”

No mesmo volume, Antonia explicou. Queria ajudar a resolver a situação dos filhos de Sidney, que estavam fora da escola. A voz repetiu o bordão:

“Ele não mora mais aqui.”

Desalentada, sem alternativas, Antonia desistiu. Entretanto, antes de ir embora, aproximou-se da vizinha e tentou extrair mais informações.

“Ele deve estar bebendo em algum bar. É só o que ele faz”, disse a mulher.

Foi o suficiente para que Antonia decidisse circular pelos bares da favela. Perguntando a um e a outro, chegou ao pai de Rick e Michel. Esquivo e desconfiado de início, como seria natural naquele contexto, Sidney abriu-se: não poderia ficar com as crianças, não tinha condições de responsabilizar-se por elas. Que fossem entregues ao Conselho Tutelar, levadas a um abrigo e oferecidas à adoção. Ele morava “de favor” na garagem de um conhecido, mesmo assim, provisoriamente. Tudo em sua vida era provisório e incerto. Quem sofre de alcoolismo e dependência química não tem futuro previsível, talvez sequer tenha futuro: foi o que ele quis dizer, em seu vocabulário escasso, pronunciando as palavras com insegurança, como quem tateia no escuro. Antonia percebeu que o rancor aparente era vergonha, e a indiferença, medo.

A mãe dos meninos, ele já não via fazia tempo. Ela morava na rua para se drogar, ele disse, e se drogava porque morava na rua. Sidney teve mais sorte. Dividia uma casa com a nova mulher. Ao menos nos dias em que não brigavam. Antonia pensou que, talvez, valesse a pena voltar no dia seguinte, tentar convencer o pai a assumir as crianças quando ele estivesse inteiramente sóbrio, menos amargo. Esta hipótese passou por sua cabeça e logo se desfez. Não havia tempo a perder, nem valeria a pena insistir. Provavelmente, aquele estado era mais verdadeiro e permanente do que a representação de um personagem empostado, empático e compassivo. Antonia tinha de reconhecer a realidade, por mais dura que fosse. Melhor trabalhar com os pés no chão. Com ilusões, não se constrói nada sólido. As crianças precisam de um solo firme para pisar, de segurança e estabilidade para crescer.

Já era noite. A investigação do paradeiro de Sidney consumira as horas que faltavam para escurecer. O retorno à casa de dona Amélia ficaria para o dia seguinte. Atravessar uma noite remoendo indefinições e os riscos de desfechos dolorosos é angustiante e atormenta o sono. A consequência, para Antonia, era o desânimo para levantar-se e enfrentar

os desafios do dia. Por outro lado, estava determinada a vencê-los. Era urgente visitar dona Amélia.

Subiu **Morro Alto** imaginando diálogos, exercitando respostas, preparando-se, enfim, para a eventualidade de que a tia dos meninos mais uma vez se recusasse a conversar e insistisse em transferir a responsabilidade a Sidney – o que, aliás, lhe parecia compreensível e justo, mas irrealista. O pai simplesmente não estava em condições sequer de cuidar de si.

Dona Amélia abriu a porta, Antonia a cumprimentou e, falando baixo para não ser ouvida por ninguém mais, foi direto ao ponto:

“O pai quer entregar os meninos ao Conselho Tutelar. Acha melhor que eles fiquem num abrigo para serem adotados.”

A tia das crianças abaixou a guarda, as resistências cederam. Sentiu o golpe:

“De jeito nenhum, isso não. São meus sobrinhos. Sou irmã da mãe deles. Não vou dar para outras pessoas os meus sobrinhos.”

“Então, a senhora fica com eles.”

Dona Amélia ponderou: tem cinco filhos, faz faxina e não pode contar com renda fixa. Sofre de uma cardiopatia que se reflete no inchaço das pernas e dificulta seus movimentos. Não tem dinheiro nem para comprar sandálias para os meninos. Convida Antonia a entrar. Um cômodo, um espaço mínimo que corresponderia ao banheiro, separado por uma cortina, e outro que fazia as vezes de uma cozinha. Não era preciso nada mais para comprovar o testemunho de dona Amélia sobre suas condições.

Antonia faz uma proposta que, finalmente, vence a hesitação de sua interlocutora: acompanharia a senhora ao CRAS para que solicitasse a Bolsa Família. Seriam R\$ 240,00, desde que Rick e Michel estivessem estudando, o que passaria a ser o caso se dona Amélia os aceitasse e, com o apoio ativo de Antonia, obtivesse a documentação necessária. Amélia concordou. Ela ficaria com as crianças.

Nas tratativas burocráticas para ter acesso ao benefício da política governamental, as duas descobriram, perplexas, que Sidney o recebia re-

gularmente, como se fosse responsável pelos dois meninos. O pai exibiu documentação escolar obtida quando os filhos estavam matriculados, ainda que, no momento em que solicitou a bolsa, nem eles continuavam na escola, nem Sidney cuidava deles. A fiscalização falhou. Constatado o equívoco, a troca de beneficiário realizou-se sem demora, graças à boa vontade das assistentes sociais do CRAS e dos servidores da secretaria de assistência social do município, e também à agilidade que Antonia imprimiu à matrícula das crianças e ao reconhecimento formal de que Amélia tornara-se a responsável.

Assim que se deu conta de que perdera o dinheiro mensal, Sidney ameaçou Antonia e jurou que reverteria a situação, anulando a guarda atribuída a dona Amélia. Antonia apressou-se a advertir a tia dos meninos: ela teria de tomar cuidado e não perder o documento que lhe garantia a guarda das crianças. Se o pai aparecesse e tentasse levar os filhos à força, ela deveria chamar o Conselho Tutelar ou a polícia, embora, antes que isso fosse necessário, provavelmente os milicianos se disporia a resolver o caso à sua maneira. Sidney efetivamente tentou, em vão.

Antonia aprendeu a admirar o zelo de dona Amélia na destinação do valor do benefício. Ela sabia que os destinatários eram as crianças e fazia questão de gastar o dinheiro exclusivamente em produtos de que precisassem: as sandálias, uma bermuda nova para cada um etc. Antonia passou a receber informações frequentes da escola e de dona Amélia: os meninos estavam integrados e satisfeitos. A tia enviava os áudios que o sobrinho mais novo, Rick, gravava para Antonia. Ele sentia falta da mãe, dormia mal por isso, e pedia que Antonia fosse vê-lo. Como prometera, Antonia foi visitá-lo. Rick correu ao seu encontro, orgulhoso das sandálias e da bermuda, e lhe disse que, na véspera, dormira muito bem e sonhara com ela:

“Foi um sonho muito lindo”, ele disse. “Sonhei que estava em sua casa e você me levava ao McDonald’s.”

Lembrando-se da miséria daquela casa, revoltada com as desigualdades brasileiras, Antonia não consegue contar esta história até o fim sem se emocionar. Ela continua a visitar Rick e Michel.



3. **GAVIÃO**

Julia encontrou Pedro quando ele tinha nove anos. Figurava na lista de abandono escolar. Na verdade, não abandonou, propriamente. Foi expulso por comportamento agressivo. Atirou mesa e cadeira na professora e na diretora. A articuladora anotou o nome e foi visitar a família no **Morro do Gavião, na zona oeste** da cidade. A mãe a recebeu sem medo e sem barreiras, com gentileza e rara disposição para o diálogo franco. Os modos educados da mãe contrastavam com o ambiente duro, rústico e hostil. Julia percebeu um fenômeno curioso e original: em vez de oferecer-se ao final da longa jornada, sucedendo muitos encontros e a laboriosa construção da confiança, a intimidade ali era praticamente automática, uma espécie de rompante, uma sensação imediata, talvez porque quase não houvesse separação entre o exterior e o interior da casa.

Julia chegou ao beco, seguindo a orientação do diretor da asso-

ciação de moradores, e logo se viu dentro do barraco, feito de pedaços de caixote e tábuas que pareciam restos de outras construções. A casa resumia-se a um único cômodo. O banheiro era um buraco à mostra. A frugalidade do cenário combinava com a escassez do que havia para dizer. Tudo estava à vista, apreensível num relance, desde a fossa que se divisava sem pudor, até a fome ostensiva das crianças. A miséria exposta em carne viva interpelava qualquer visitante com um mínimo de sensibilidade empática. A mãe e seus cinco filhos não tinham o que esconder.

Dona Vera estava desempregada e nada sabia sobre o pai das crianças, tampouco sobre parentes. A menorzinha puxava-lhe a saia, ensaiando um choro arrastado:

“Quero comer, eu quero comer.”

A mãe:

“Tá, espera. Vou lá no Ceasa ver se tem algum resto pra gente comer.”

Julia tinha dois pacotes de biscoito na bolsa.

“Eles comem biscoito?”, perguntou, enquanto abria a bolsa e tirava o primeiro pacote. As crianças colaram-se nela, num frenesi ansioso e barulhento, menos Pedro. Dona Vera interveio com um sonoro “não”, e logo explicou:

“Melhor dar perto da hora do almoço, porque ajuda a matar a fome. Talvez essa seja a única refeição deles hoje.”

A articuladora tirou da bolsa o segundo pacote e o deu, fechado, para a mãe. Assim, as crianças poderiam fartar-se, naquele mesmo momento, com o que já fora aberto. Pedro estava comendo farinha com água e se manteve concentrado no prato, como se nada mais estivesse acontecendo. Como se, sequer, tivesse notado a presença de uma mulher estranha, atíçando o redemoinho de vozes e apetites entre sua mãe e seus irmãos.

Julia cometeu, então, a façanha, mas também a imprudência, a necessária e inevitável imprudência, de provocar a indiferença que Pedro ostentava para proteger-se e que representava uma cerca invisível, mas eletrificada, em torno de sua turbulência silenciosa.

Ela disse:

“Vamos, Pedro, estudar? Vamos voltar pra escola? De sua escola, você não gostou, mas tem outras escolas. Posso até, nos primeiros dias, dar um pulo na escola com você, pra ver se você gosta, até você se sentir bem.”

Nesse instante, a mãe reclamou:

“Pedro, cadê a educação que eu te dei? Responde à tia, responde.”

A cena que se seguiu, Julia relata com uma narrativa titubeante e comovida que se repete, introduzindo novas nuances a cada vez, como se toda tentativa de descrição fosse insuficiente ou, no limite, inútil; como se outras camadas precisassem ser desdobradas até que se desvelasse o fundo. Mas não há fundo. Ele não é tangível. É sempre mais fundo e nos absorve com a força extraordinária da gravidade que encerra. O buraco no meio da sala multiplicava-se em outros entre as pessoas, bloqueando a comunicação. A intimidade precipitada pela escassez de espaço, pelo buraco devassado e pela evidência do drama, sofre súbita e radical reversão.

Pedro zuniu o prato na parede, partiu para cima da mãe e a derrubou no chão. Depois, a gana o moveu em direção a Julia, que se indagava: “Deus, o que faço?”.

Dona Vera desesperou-se:

“Não bate na tia.”

Julia contou a história nesses termos: “Ele continuou vindo, mas abaixou a mão quando a mãe gritou. Eu o vi, então, como criança, e o abracei com força. Ficamos ali abraçados. Comecei a fazer carinho nas costas dele e ele desabou a chorar, chorar, chorar. A mãe dizia: ‘Calma, Pedro’”.

Julia, ainda abraçada, sussurrou:

“Vim aqui pra te ajudar. Só quero teu bem. Só quero ajudar.”

Quando o pranto cedeu e ela sentiu que ele relaxara, Julia o soltou. Pedro saiu correndo para fora de casa, cruzou o beco e sumiu. A mãe reeditou o discurso da escola e, desculpando-se, compartilhou o diagnóstico: problema de agressividade.

“Pedro tem problema de agressividade.”

Julia propôs um tratamento psicológico, ainda que compreendesse perfeitamente quão agressiva pode ser uma ordem social que tolera a fome das crianças e a infâmia da indigência. Sem transportar-se para o lugar da terapeuta, que, ela tem plena consciência, não é o seu, Julia não se furtava, entretanto, a imaginar o que poderia significar, para uma criança de nove anos, a candura resignada da mãe diante da exorbitância daquele flagelo. Sobretudo, para a criança que cresce numa sociedade acintosamente desigual, numa cidade que lhe oferece, todos os dias, o espetáculo da passagem de um século a outro, de um universo a outro, quando se atravessa a rua. O convívio da fartura com a escassez extrema não desempenharia um papel central na economia afetiva inconsciente de uma criança? A perda do pai e a impotência da mãe para proteger e alimentar não produziriam feridas agravadas pela naturalização social do infortúnio? Talvez a agressividade fosse, além de um pedido de ajuda e amor, uma reação ao estado de coisas que todos parecem aceitar, na escola, em casa, na comunidade. Talvez houvesse, na explosão de Pedro, um sintoma de vitalidade e resiliência, que a terapia lhe permitiria metabolizar e redirecionar.

O fato é que, quaisquer que sejam as motivações inconscientes que levam a criança a agir com violência, Julia estava convencida de que a escola não poderia ter simplesmente lavado as mãos e a devolvido à família, como se não tivesse nenhum papel a cumprir, como se a dificuldade não fosse, também, da instituição e como se, pela expulsão, solucionasse o problema. Na verdade, a situação apenas piorou, uma vez que, expulso, o menino trouxe, consigo, além do ódio não elaborado, fermentando em seu espírito, o selo que o estigmatizava, afastava-o dos estudos e do convívio com os colegas. No limite, uma criança marcada pelo carimbo de um diagnóstico sombrio, ou de uma sentença, é impelida a realizar o destino inscrito na condenação, imitando a imagem negativa que a sociedade produz a seu respeito, identificando-se com a imagem deteriorada que a instituição chancela por meio da expulsão.

Se a intenção da escola era promover, por meio da punição, a mudança positiva, na prática, a bloqueou.

A reflexão a conduzia longe, mas Julia não tinha tempo para especulações. Precisava agir rapidamente. Não seria fácil conseguir atendimento psicológico regular, mas ela estava disposta a fazer o possível e o impossível. Era, também, urgente encontrar uma escola e convencer Pedro a dar, a si mesmo, uma segunda chance. Mais urgente ainda, era descobrir o que fazer para minorar a carência daquela família.

Dona Vera deixou os filhos sozinhos, como costumava fazer, e desceu a favela para catar alimentos descartados na Ceasa – Central de Abastecimento do Estado. Essa era sua rotina desde que ficara desempregada. Quando tinha a oportunidade de fazer uma faxina, a família regalava-se. Quando a sorte lhe proporcionava algum biscate, era certa a comilança noturna. Mas os bicos tornavam-se cada vez mais raros e a miséria voltava a abrir suas asas sombrias sobre os seis.

A terapia, Julia conseguiu graças ao programa social de uma igreja. “Não era o ideal”, ela dizia a si mesma. Temia a mistura entre a ciência laica e a crença religiosa, mas, naquele caso, era, sim, um apoio decisivo, uma bênção.

Paralelamente, contando com a boa vontade de uma escola próxima ao **Morro do Gavião** e de funcionários da **CRE 8**, Julia sentiu a alegria gratificante de matricular Pedro. Ao longo das semanas subsequentes ao encontro entre os dois, outras visitas sucederam-se, e um vínculo de afeto e confiança foi gestado. Desde a agressão que morreu no abraço, Pedro abrandou a disposição belicista e respondeu positivamente aos seguidos gestos acolhedores de Julia. O afeto e o acolhimento valiam tanto quanto um prato de comida. E, se a alimentação estivesse resolvida, valiam mais. O imenso desafio para a articuladora era abrir-se à construção do vínculo, investir em seu fortalecimento, mantendo a postura profissional, obedecendo aos protocolos. Como caminhar sobre o fio da navalha? Julia não tinha a receita. Questionava-se mentalmente: alguém teria a chave do tesouro, a senha do enigma? Se ela fosse psica-

nalista, teria recebido, no longo processo de formação, os instrumentos para trabalhar a transferência e a contratransferência. Entretanto, ela não estava no ambiente terapêutico. Precisava meter a mão na massa e solucionar pendências reais, cotidianamente. Sua função não era interpretar, mas produzir resultados práticos, levar crianças de volta à escola, colaborar para que permanecessem estudando. No olho do furacão, o vínculo, cuja construção por vezes é indispensável, como foi nesse caso, por vezes, assume uma importância inesperada, e já não há como erradicá-lo, até porque o laço une duas pessoas, o afeto é recíproco, a dor seria comum. Nesse ponto, a consciência profissional exige muita disciplina, prudência e sabedoria, embora também seja verdade que cada história é singular e, em certa medida, incomparável. Não há, portanto, método seguro e universal. Nas visitas, ainda hoje, quando a vê, Pedro abre os braços e espera que Julia venha até ele e o abraçe.

Pedro já completou dez anos e parece confortável na escola. Não há relatos sobre dificuldades especiais no relacionamento com colegas, professores e funcionários. O avanço foi notável, embora Julia saiba que os problemas não estão definitivamente resolvidos.

Julia continua tentando conseguir a Bolsa Família para Vera e seus filhos, mas a nova política governamental veta, no momento, o ingresso de novos beneficiários no programa. Todo dia, Dona Vera continua indo à Ceasa em busca de restos. Todo dia.



4.
SEXTA-FEIRA

“Tia, o chefe quer falar com a senhora”. Seguiram-se os minutos mais longos e angustiantes da vida de Laura. O que fazer? Não havia como fugir, nem justificativa para recusar a convocação. O portador da mensagem era um adolescente espichado, cuja altura contrastava com o semblante infantil. Ele trazia o fuzil no ombro com a naturalidade de quem chega da escola com a mochila a tiracolo. Laura sentiu um raio gelado atravessar-lhe a coluna. A garganta secou. Não dava para entender. Que erro ela teria cometido? Certamente, algum detalhe lhe escapara. Revolveu a memória, reviu, num *flash*, tudo o que fizera naquele dia, da manhã até o fim de tarde. Não encontrou nada que explicasse a chamada. Talvez fosse alguma coisa que deixara de fazer. Ou algo que tivesse ocorrido nos dias anteriores e que só agora chegara ao conhecimento do chefe, a figura quase mítica de quem se falava em voz baixa, com temor e reverência, e que ela nunca

encontrara. Laura o imaginava hierático, calado, severo, olhar fulminante.

No primeiro ciclo do projeto *Aluno Presente*, as articuladoras expunham-se mais, corriam mais riscos, porque não havia, ainda, experiência acumulada. Laura estivera na primeira fase e podia testemunhar a importância da blusa com a insígnia do projeto, do crachá e da bolsa estilizada. A sinalização ostensiva comunicava a identidade e os propósitos das articuladoras. Além disso, o telefone do escritório estava sempre disponível para a eventual checagem das informações. Claro que isso não bastava. Cada passo exigia cuidados especiais, verdadeiros protocolos de segurança e diplomacia, que variavam segundo o tipo de mandonismo a que estava submetida a população local.

Se o território fosse dominado pelo tráfico, o ingresso no campo e os retornos frequentes para o desenvolvimento do trabalho eram mais simples, ainda que cada uma das três facções tivesse suas próprias características e impusessem abordagens e métodos distintos. É verdade que contavam, também, as idiossincrasias dos líderes, assim como as conjunturas, mais ou menos tensas.

Contudo, pelo menos naquela área da cidade, nada pior do que as milícias. Para os traficantes, o aval da associação de moradores e os sinais externos eram suficientes. Em algumas comunidades, sequer era necessário apresentar-se diretamente ao comando local. Mas, nas áreas dominadas por milicianos, tudo era mais complicado. A desconfiança era maior e constante. A vigilância perturbava as articuladoras, que se sentiam acompanhadas e tacitamente ameaçadas quando circulavam no território. As explicações tinham de ser repetidas em instâncias diferentes. As informações eram checadas reiteradamente.

Laura se recorda do dia em que foi chamada à associação pela enésima vez, na favela do Mudinho. Ela estava atuando em área de milícia. Cinco homens a esperavam. Revezaram-se nas perguntas, algumas capciosas. A *expertise* inquisitorial explica-se: muitos milicianos, como se sabe, são policiais e ex-policiais. Adicionem-se, ao esmero vigilante,

mudanças frequentes no comando e se compreenderá por que sucessivas rodadas de interrogatório.

Não, Laura não teve tempo nem tranquilidade para pensar em tudo isso no instante em que recebeu a convocação do chefe do tráfico no Morro do Paraíso, embora, mais tarde, se lembrasse, em detalhes, dos cinco homens a interrogando, quando refletiu sobre os poderes locais e relatou sua longa jornada pelas comunidades cariocas em busca de crianças fora da escola. O chamado de Xisto Galo era uma ordem. A articuladora balbuciou qualquer coisa e acompanhou o jovem soldado do tráfico.

No caminho, preparou a defesa: sua única intenção era estimular as famílias e facilitar o retorno das crianças aos estudos. Ela não era do Conselho Tutelar, não pretendia forçar ninguém a cumprir ordens. O Conselho é temido e incita suspeitas, porque representa o Estado e tem autoridade para mobilizar forças policiais, dependendo do caso. O Conselho, na comunidade, atua como uma espécie de contrapoder do tráfico e da milícia. Por isso mesmo, é comum e justificável que alguns conselheiros tenham medo do medo que provocam e evitem transitar em certos locais.

O trajeto era longo; o aclave, acentuado. Becos, escadas e lajes formavam uma constelação arquitetônica singular e quase inexpugnável, um emaranhado tão inextricável quanto os gatos de energia e TV, a infinidade de fios de luz e da Net enroscados. Laura tinha preparo físico e subiu no ritmo ditado pelo jovem guerreiro. Seu problema não era o corpo, era a mente, se bem que esta separação não fazia sentido naquele momento, pois, o temor, ela sentia materialmente, à flor da pele, nervos pinçados e o espírito em carne viva.

Finalmente, lá estava Xisto Galo:

“E aí, tia da escola?”

Era um cumprimento bem-humorado ou uma ironia? Laura estava prestes a declamar a defesa decorada antes mesmo da acusação.

“Tem alguma coisa pra fazer na sexta à noite?”

Ela não sabia o que dizer.

“A banda do Nuno Barracão vem dar um show aqui no campinho. Reservei um camarote VIP pra você. Bebida liberada. Pode trazer quem você quiser. Sexta-feira.”



5.
NEM A CASA,
NEM A VIDA

Em Campo Grande, fica a Vila dos Anjos, onde a terra devora, aos poucos, um conjunto de prédios fantasmagóricos de propriedade da Caixa Econômica Federal. As janelas do primeiro andar já desceram ao nível do solo. O terreno pantanoso é impróprio para edificações, o que não impediu que os prédios fossem construídos, embora não concluídos. Hoje, afundam, lentamente. Metáforas vivas do avesso da vida. Em longa agonia, a casa vira sepulcro. Só falta o portal dantesco em que se lesse: “Vós, que entraís, deixai aqui toda esperança”. Quatrocentas famílias os ocuparam, sob o patrocínio da milícia local. Os moradores das espeluncas não recebem serviços regulares, exceto a água que chega ao único banheiro disponível. Isso mesmo: um único banheiro atende a todo o condomínio. Desvios, por fiação clandestina, do tronco de energia garantem a luz. O esgoto é escoado a céu aberto. A despeito dessas condições, os milicianos cobram R\$20,00

por mês de cada família. Na região, 120 crianças estão fora da escola.

Maria foi chamada pela escola próxima ao condomínio para um pedido surpreendente. O diretor precisava de ajuda. Não sabia exatamente que providência tomar. Alguns alunos que residiam nos prédios ruinosos estariam infectando seus colegas pelo uso do bebedouro. Eles sofriam de hepatite e meningite. De algum modo, a clínica da família deveria ser envolvida e Maria talvez pudesse intermediar o diálogo com os profissionais da saúde. O diretor acrescentou outro motivo de perplexidade e preocupação: as crianças que moravam no condomínio dormiam nas aulas, porque não conseguiam dormir bem à noite. Elas contavam que os prédios estalavam durante a noite. A articuladora logo se deu conta de que seria necessário envolver outros setores do poder público. Enquanto o condomínio não fosse desocupado, oferecendo-se, aos moradores, alternativa saudável, segura e economicamente viável, nem o sofrimento das crianças residentes nem o contágio seriam efetivamente interrompidos.

Antes de procurar a clínica da família, Maria visitou o condomínio, pela primeira vez, para conhecer o local, aproveitando para realizar o que, no âmbito do projeto *Aluno Presente*, denomina-se busca ativa, isto é, a procura sem a identificação prévia de alguma criança em particular cujo nome constasse da lista de abandono ou infrequência escolar.

Maria sabia que vizinhança costuma ser fonte inesgotável para o mapeamento inicial dos casos. Os vizinhos conhecem a vida alheia, queiram ou não, porque as paredes que separam os apartamentos são finas, há paredes pela metade e buracos que funcionam como janelas nos corredores, e as portas, muitas vezes, permanecem abertas, porque os espaços internos são minúsculos e o calor intenso. Além disso, a falta de banheiro obriga os moradores a deslocarem-se constantemente até o sanitário comum ou a fossa, no terreno baldio contíguo.

“A menina do apartamento na ponta do corredor”, apontou a vizinha, “ela não vai à escola, não. Passa os dias por aí.”

“Que idade ela tem?”, Maria perguntou.

“Uns nove anos, mais ou menos.”

Maria agradeceu e disse que iria lá, falar com os responsáveis, saber o que estava acontecendo e oferecer ajuda para matricular a menina.

“Só tem o pai mesmo.”

“Será que ele está em casa? Vou conversar com ele.”

“Não vai adiantar, não.”

“Por que a senhora tem tanta certeza?”

“É marido da filha.”

Maria não entendeu. Desconfiou, mas achou a ideia tão estapafúrdia que não se permitiu qualquer ilação.

“Ele abusa da menina. Faz dela mulher dele, compreendeu?”

“E a mãe? A menina não tem mãe?”

“É empregada doméstica. Sai segunda e volta sábado. O pai fica sozinho com ela a semana inteira.”

Maria já era, à época, uma profissional tarimbada. Já vira de tudo nesse mundo. Seu trabalho a levava aos confins do Rio de Janeiro, aos quadros mais horripilantes da miséria. Pois, naquele instante, descobriu, do modo mais traumático, que ainda não vira tudo. Atônita, tentou recompor-se. No estado de inusitado torpor em que a descrição da vizinha a deixara, ela não conseguiria manter a cabeça no prumo para enfrentar o que a esperava no fundo do corredor. Sem se despedir da mulher, caminhou em direção ao apartamento do pai e da filha.

Antes de bater à porta, por entre as venezianas velhas, sujas e tortas que escondiam o buraco na parede, viu a menina deitada na cama, vestida só de calcinha. Era meio-dia. Respirou fundo, intoxicada por sentimentos convulsionados e opostos de ódio, indignação, repugnância, vergonha, impotência, desânimo, compaixão. Maria era mãe. Teve o impulso de invadir o cômodo, abraçar a menina e fugir com ela, salvá-la, depois condenar o homem à pena mais cruel que houvesse na face da Terra. Respirou de novo. Com dificuldades, manobrou seu espírito para voltar a funcionar no modo profissional.

Bateu à porta. O pai a abriu. Qualquer pequeno movimento da porta bastava para revelar o ambiente interior. A filha, deitada, ergueu o

pescoço, curiosa. Maria apresentou-se e indagou se a menina estava na escola. Atento ao olhar invasivo da articuladora, e antes de responder à pergunta, o pai reagiu, antecipando uma justificação para a seminudez da criança:

“Comprei um creme para o corpo dela.”

O efeito foi contrário ao que ele, provavelmente, queria produzir. O homem deu à cena um tom lascivo. Em vez de cobrir, com a indiferença natural de um pai, o corpo desnudo da filha, ele o associou a imagens potencialmente eróticas.

O homem parecia drogado e desconversou, disse que a filha já estivera na escola, mas não gostou da experiência. Além do mais, era-lhe útil em casa, para cozinhar e cuidar da limpeza, quando ele saía para trabalhar. Não podia contar com a esposa, que passava a semana fora. Por outro lado, a filha mais velha, de 14 anos, estava grávida e, muitas vezes, passava dias e noites fora. Maria anotou o nome da menina, da filha mais velha, e quis saber o endereço do trabalho da mãe, “só para conversar com ela sobre o desempenho escolar da menina e futuras possibilidades”. O homem disse que não tinha o endereço, nem o telefone. Ela trocara de emprego recentemente e perdera o celular.

Maria caiu em si e concluiu que o homem desconfiara dela e não lhe daria nenhuma informação. Despediu-se e prometeu voltar no sábado para conversar com a mãe. Ela saiu ligeiro, acossada pelo medo de que o homem a seguisse. O caso era muito grave e exigia medidas judiciais. Era imperativo mobilizar, de imediato, o Conselho Tutelar.

Antes de decidir o que fazer, Maria parou no apartamento da vizinha que lhe dera informações pouco antes. Pediu para entrar só para lhe fazer uma pergunta. O pai não deveria vê-la, muito menos ouvi-la.

“A senhora não me falou sobre a irmã mais velha”, disse Maria.

“Tem uma irmã, sim, mas não está sempre aqui, não.”

“O homem me contou que ela tem 14 anos e está grávida.”

“O pai é o Murilo, filho do chefe da Milícia.”

Outro susto. Tudo ficaria mais complicado e perigoso, Maria pensou.

“Se não fosse ele, seria outro”, a moça continuou. “Aqui tem até apartamento que serve de bordel pras meninas que se vendem.”

“Os milicianos sabem disso?”

“E o que é que acontece aqui e eles não sabem?”

“Tem muita droga aqui?”

“Muita. Vendem, compram, as meninas trocam por sexo.”

“Pensei que, onde a milícia dominasse, não havia droga.”

“Aqui, eles ajudam a negociar.”

Maria agradeceu e despediu-se, mais confusa do que antes.

Descendo as escadas sombrias, que agrediam o olfato com o odor ácido de urina, Maria tropeçou em um casal fazendo sexo. Um menino e uma menina mal entrados na adolescência. Não se recompuseram, vexados. Apenas se retraíram por alguns segundos, enquanto Maria evitava seus corpos. Antes de sair do prédio em ruínas, Maria deparou-se com outro casal. Na rua, contornando o imenso monte de lixo, apertou os olhos, porque o sol os queimava depois daquela travessia no escuro, e porque o coração ardia.

Já distante, contemplou os prédios sinistros e lembrou-se de uma foto que vira da Torre de Pisa. Resolveu voltar. Era indispensável falar diretamente com Antero, o avô do bebê que nasceria naquele antro. Ela conhecia o chefe. Tinham um bom diálogo. Perguntou por ele a um homem que parecia vigiar o condomínio. Pelo rádio, o chefe foi contatado e prometeu esperar Maria em seu escritório, em Cosmos, o bairro vizinho. Deu-lhe o endereço.

Maria foi direto ao assunto. Explicou a situação, inclusive o constrangimento pelo fato de o filho de Antero ser o futuro pai de uma criança que faria parte daquela família. O homem não titubeou:

“Tem que chamar o Conselho Tutelar.”

Maria pensou que se tratava de um teste, uma armadilha, já que o Conselho é sempre temido e visto, pelos poderes paralelos, como uma ameaça, quase uma extensão da polícia. A principal suspeita que pesava

sobre as articuladoras era justamente sua eventual vinculação aos Conselhos Tutelares.

Maria disfarçou e devolveu o teste:

“Você acha mesmo? Está falando sério?”

Era verdade, Antero estava sendo sincero:

“Só assim”, ele disse, “vão dar um jeito nesse cara. Ia ser difícil resolver de outra forma. O sujeito é sogro do meu filho.”

Pela primeira vez, a lei e a ordem pareciam coincidir com o bom senso e a vontade do poder local. Era preciso agir rápido e salvar a menina. Passou pela cabeça de Maria uma frase infantil: o final feliz vai ser possível. Lembrou-se, então, do terreno devorando o pardieiro insalubre, sucursal do inferno, retrato da infância sequestrada na cidade maravilhosa.



6.

LAPSO

Na reunião mensal com representantes das instituições que formam a rede de proteção integral às crianças, na zona oeste da cidade, Ana recebeu o apelo de assistentes sociais do CRAS: ela prestaria um enorme serviço se conseguisse resolver o caso de seu Pereira. Não parecia ser dos mais complicados, mas todos os profissionais que tentaram solucioná-lo fracassaram. Passaram-lhe o endereço e um sumário da situação.

Começemos por nosso fio condutor: crianças e escolas. Seu Pereira tem quatro filhos e cuida do quinto como se fosse seu. Os cinco meninos e meninas estão fora da escola. Ninguém consegue entender exatamente o que está acontecendo e o que poderia ser feito para mudar essa realidade. A criança adotada informalmente é filha de sua ex-esposa, a qual se tornou ex justamente por obra e graça de seu nascimento. Em outras palavras, ela deu à luz a filha de outro homem.

O episódio serviu para consagrar uma separação que já se dera na prática. Havia anos, a mulher morava nas ruas, perambulando sob o efeito de drogas e álcool, deslocando-se de acordo com a disponibilidade de seus objetos de desejo e tormento. O nomadismo a afastara da família. Mais que isso, a tornara inacessível. Portanto, não tinha propriamente um amante. Não esteve nem estava em condições de estabelecer uma relação estável de qualquer natureza, ou mesmo eventual. Era inútil tentar restabelecer o laço de maternidade com o bebê que seu Pereira acolheu.

Ana compreendeu a gravidade da degradação psicológica da mulher quando, em meio ao processo a que se dedicou, cuja finalidade era levar de volta os filhos de seu Pereira à escola, acompanhou-o à clínica da família para prestar assistência à ex-esposa e constatou que ela sequer o reconheceu. Algumas semanas depois, procurou-a e ela negou-se a aceitar tratamento para a dependência química. Não estava disposta a mudar seu destino. Atravessaria o calvário até o fim. Talvez se punisse pela culpa, reproduzindo o círculo vicioso indefinidamente.

Parentes, seu Pereira não os tinha, nem próximos, nem distantes. Enfrentava as agruras da vida como um cavaleiro solitário. Dependia apenas de suas próprias forças e tinha plena consciência de que cinco crianças dependiam dele, o que o tornava escravo da responsabilidade, tal como ele a entendia e a prezava.

Era pedreiro por empreitada, o que significava que não tinha emprego fixo nem garantia de renda. Em momentos de crise econômica, ele e os filhos apertavam o cinto. Nesses tempos bicudos, ele saía, mal nascia a manhã, fizesse chuva ou sol, em busca de qualquer biscate, qualquer porção de obra que lhe proporcionasse a alegria orgulhosa de voltar para casa com a comida da garotada. Não lhe ocorreu que a escola estivesse entre os bens de primeira necessidade. O âmbito de sua responsabilidade não incluía os estudos. Afinal, ele sobrevivia sem saber ler ou escrever. Com muita dificuldade, mas sobrevivia, e mantinha uma família.

A primeira visita costuma ser tensa, pelo menos até que a articuladora convença o interlocutor quanto a suas intenções. Ela não está ali

para fiscalizar, vigiar, criticar, cobrar, denunciar, dar lições, convocar o Conselho Tutelar – frequentemente idealizado como um poder temível – ou ameaçar levar, consigo, as crianças. Com seu Pereira não foi diferente. Entretanto, havia, nele – e isso já era perceptível no primeiro encontro –, uma boa vontade genuína e uma espécie de honestidade visceral, uma transparência rude, qualidades de que Ana sentia falta no Rio de Janeiro.

Por outro lado, havia algo que a deixava intrigada e insegura, alguma coisa na comunicação que falhava, não se completava. Como se o diálogo direto sofresse os lapsos típicos dos celulares sem sinal, como se a conexão desabasse entre as frases. Ana tinha a impressão de que tanto ele quanto ela deixavam de ouvir um pedaço das palavras, mesmo que as ouvissem inteiras. Estranho. O fato é que a articuladora sentia-se numa nebulosa de incertezas, o que a deixava ansiosa.

Mais tarde, ela descobriu, não sem emoção, que sua sensibilidade a transportara para a posição subjetiva de seu Pereira, como um espelho, fazendo com que ela percebesse a conversa do ponto de vista do outro. A deficiência cognitiva daquele homem era o principal obstáculo que lhe tornava o mundo tão áspero e indecifrável, tão impermeável a suas ações e refratário a suas abordagens.

Pereira, cidadão honrado, trabalhador incansável, pai dedicado, não sabia como lidar com os códigos das instituições e as expectativas das pessoas, inclusive de seus filhos, que preferiam, sim, ir à escola, mil vezes, segundo confessaram a Ana, a ficar presos em casa, um barraco paupérrimo, e em seus arredores. As justificativas do pai eram a distância, o custo e o tempo: da escola; da passagem para ele, que acompanharia as crianças; e do deslocamento, que atrasaria sua partida em busca de trabalho. Ana prometeu resolver os três.

Em poucas semanas, não havia mais problemas. As matrículas estavam garantidas, o transporte também: o *Ônibus da Liberdade*, oferecido pela prefeitura. Seu Pereira não precisaria levar as crianças à escola. Elas comemoraram a conquista. Tudo o que ele deveria fazer

era muito simples. Bastava seguir, passo a passo, as instruções que Ana lhe descrevera, repetidas vezes, didaticamente.

Seu Pereira não compreendeu o que lhe cabia fazer. Pior: não entendeu que não havia compreendido. E as crianças perderam as matrículas. Ana concluiu que as parceiras do CRAS não exageraram quando lhe pediram ajuda para um caso desolador e insolúvel, que lhe parecera tranquilo. Desesperou-se. Correu à casa de seu Pereira. Tentou decifrar o que havia ocorrido. Percebeu que ele não tinha a menor ideia do que, supostamente, combinara fazer.

O homem viu os olhos de Ana cheios d'água, comoveu-se, pediu outra chance: não erraria se ela ficasse ao lado dele, fosse com ele à escola e ouvisse o que ele diria à diretora, corrigindo eventuais deslizes. Ana usou, até o limite, sua capacidade de persuasão e a influência de seus contatos para reabrir o processo. O caso foi, finalmente, resolvido. Ana aprendeu que o destino de muitas crianças, por vezes, perde-se no desvão de uma palavra, no lapso da comunicação, nas limitações de pais e mães de boa vontade.



7.

IBGE

Em uma de suas visitas de rotina à escola que atendia à Mangueira e a bairros contíguos, Helena foi alertada sobre a iminência da expulsão de quatro alunos por infrequência. Faltava uma semana para o mês de ausência completar-se.

Era preciso agir rápido e trazê-los de volta antes que fosse tarde demais, isto é, antes que as faltas sucessivas os fizessem perder o ano e a matrícula. Uma vez fora da instituição, seria necessário que a articuladora trabalhasse o dobro para cumprir os trâmites burocráticos, persuadir as crianças de que valeria a pena recomeçar e convencer a família de que aborrecimentos e gastos com educação constituem um investimento de valor incomparável para o futuro de seus filhos.

De posse do endereço, Helena foi à cata dos pais das crianças. Eles moravam ao lado do morro da Mangueira, no prédio que havia sediado o IBGE e que, depois da saída dos funcionários para escapar às constantes

trocas de tiro nas imediações, fora ocupado por famílias desabrigadas. O número do apartamento não constava dos registros. Por isso, a articuladora recorreu ao expediente alternativo que funcionava nessas ocasiões: a cooperação dos vizinhos. Foi orientada a aguardar na rua. A mãe dos meninos seria informada de que Helena gostaria de falar com ela sobre escola e crianças. Depois de longa espera, dona Lucinda desceu.

Ouviu a apresentação tranquilizadora com que as articuladoras do projeto *Aluno Presente* introduziam o primeiro diálogo. A fala padrão, que Helena reproduzia com sensibilidade, exorcizava os fantasmas da culpa e da punição, não fazia cobranças ou críticas, não brandia ameaças e evitava chantagens emocionais. Apenas aludia à vontade de ajudar no que fosse preciso para que as crianças não perdessem o vínculo com a escola e não se atrasassem nos estudos. Mesmo assim, não houve jeito.

A mulher mal escutou a apresentação. Seca, sem deixar brechas para ponderações que estendessem a conversa, declarou que tinha 14 filhos e lhe faltavam condições para acompanhar o desempenho de todos. Entretanto, determinaria que retornassem à escola.

Melindrada e desconfortável, Helena viu a mãe desaparecer no escuro do prédio maltratado, com um pingo de esperança no oceano de ceticismo. A verdade, contudo, foi que prevaleceram as expectativas negativas. As crianças não voltaram às aulas. Helena não desistiu, não podia desistir. Era, por assim dizer, uma profissional da esperança. Seu dever era crer e apostar, sempre. Fracassou nas seis tentativas seguintes.

Somente na oitava visita, dona Lucinda entregou os pontos. Talvez pela insistência paciente da articuladora, talvez pela intensificação das tensões a que a mulher estava sendo submetida em sua vida doméstica, ela compartilhou, com Helena, as razões pelas quais os quatro filhos abandonaram a escola. Sofriam de escabiose, uma doença de pele contagiosa que as pessoas conhecem pelo apelido, sarna. Os efeitos podem ser muito feios e incômodos. A coceira induz as crianças a coçar as placas, o que provoca inflamação e abre feridas dolorosas.

Os filhos de Lucinda passaram a padecer de outro mal contagioso: o bullying. Os colegas zombavam e fugiam deles. Os meninos, estigma-

tizados, sentiam-se zumbis pestilentos. As reações foram insuficientes e a escola não soube lidar com a situação. Em vez de compreenderem que o problema estava na doença e na violência do estigma, professores e diretores identificaram o problema nas vítimas, os filhos de dona Lucinda, que se tornaram, então, “crianças problemáticas”.

As condições de moradia e as relações familiares não ajudavam. O prédio caía aos pedaços. Os moradores da favela da Mangueira o desprezavam, fazendo pouco dos residentes, chamando-os de “favelados”. O pai agredia, física e moralmente, a mãe e batia nos filhos, ainda que Lucinda os protegesse, interpondo-se entre eles e o marido. Ela não se achava no direito de denunciar, sequer de buscar apoio e alternativas para sua vida. Não parecia considerar que merecesse uma vida minimamente digna.

Impossível manter a distância própria a uma abordagem profissional. Helena sabia que a empatia a conduziria a um poço sem fundo, cujo resultado seria o fracasso, ou seja, a incapacidade de solucionar os impasses. Por isso, esforçava-se por conter a emoção, até mesmo para converter a solidariedade àquela mulher aviltada em ações eficientes que mitigassem seu sofrimento. O melhor seria não reforçar a vitimização, mesmo pelo avesso, isto é, via compaixão. O caminho mais saudável seria contribuir para o fortalecimento pessoal de Lucinda, nos planos moral ou psíquico. Físico também, pois ela compartilhara com Helena sua dependência de drogas e lhe pedira ajuda. Além disso, mostrou-lhe o inchaço no baixo ventre, que dificultava os movimentos.

A articuladora mal conseguia acreditar que a mulher, tendo levado filhos à clínica da família, nunca tivesse tido a coragem de reivindicar alguma atenção a si mesma, seu corpo e aflições. Lucinda, de fato, não se via no direito de fazê-lo, tal a culpa que a intoxicava. Toda sua dor seria, afinal, sintoma de seus próprios erros. Exibir o corpo adoentado corresponderia a confessar crimes graves.

Peça que se encaixava na estrutura do abatimento era a carência de documentação. Lucinda era uma despossuída na esfera das formalidades institucionais. Helena tentou apoiá-la a obter os documentos básicos, para si e seus filhos. Observou, em Lucinda, uma resistência que trans-

cia as dificuldades naturais. Graças à intimidade que, ao longo das semanas, aprofundou-se, descobriu os motivos. Lucinda era ex-apanada e temia ser presa novamente ao apresentar-se a um cartório ou entidades oficiais. O medo era infundado, mas a culpa perversa e o sentimento de impotência contagiavam todas as suas conexões com o mundo ao redor.

Vítima da sociedade, Lucinda tornara-se vítima de si mesma. Talvez fosse mais fácil libertar-se da primeira prisão do que da segunda. Helena sabia que não poderia ser cúmplice desse aprisionamento mais fundo, dessa criminalização mais radical. A chave era fazer o que ela própria, Lucinda, tinha pejo em fazer e o que a comunidade à sua volta recusara-se a fazer: valorizá-la, apostar em seu fortalecimento como pessoa e cidadã.

Vê-se quão complexo é o papel de uma articuladora. Sem render-se à sedução de substituir terapeutas, tem de aguçar a lucidez, em múltiplos domínios, simultaneamente, pelo menos para reduzir danos, evitando engajar-se em dinâmicas que, a despeito das melhores intenções, reproduzem a despoticização dos vulneráveis. Com os documentos, enfim, obtidos, Helena passou à próxima fase: apoiar Lucinda a conquistar a Bolsa Família.

Mesmo com atraso, relativamente aos prazos regimentais, as quatro crianças, cujo tratamento fora encaminhado na clínica da família, retornaram aos estudos, mas em outra escola. No período em que acompanhou o drama da família de Lucinda, a articuladora testemunhou a apreensão da filha de sete anos, a prisão do filho de 20 anos e a gravidez da filha de 15 anos. Dos 14 filhos, enquanto as quatro crianças voltavam à escola, outros abandonaram os estudos. Helena teve de aprender a conviver com a finitude, com os limites do projeto e de sua atividade profissional, elaborando a ansiedade que as derrotas provocam.

Por outro lado, elas foram parciais. Houve, também, vitórias. Talvez, a mais significativa – mais até do que o retorno das quatro crianças ao caminho da educação formal – tenha sido a ligação que Helena estabeleceu entre Lucinda e o universo institucional da República. Essa articulação situou a mãe e sua família no território dos direitos e tornou possível que, mais cedo ou mais tarde, passem a falar a língua da cidadania.



8.
NOITE

A comunidade da **Pedreira** reservou a Emília um caso especialmente desafiador e doloroso. O primeiro contato da articuladora com a história de Indiara deu-se na rua do Meio, por onde transitam motos, porcos, cavalos e cães, e os carros, poucos, que ousam não só entrar na favela como explorar sua região mais íngreme. É, também, passagem para pedestres, naturalmente, ainda que, em certas horas do dia, eles constituam a minoria, acossada pelo coro desafinado de latidos, roncões e buzinas. Era fim de tarde, um dos picos de comércio e trânsito. Emília procurava o endereço indicado na lista das crianças que abandonaram a escola. Ela havia estado na associação de moradores, em busca da ajuda que sempre encontrava para identificar lugares e pessoas. Esperou pelo presidente durante algum tempo. Ele estivera lá mais cedo, talvez não voltasse à associação naquele dia. Seu telefone estava fora de área. Emília decidiu subir sozinha, depois

de certificar-se de que a viela cujo nome constava no registro ficava no topo do morro.

Já na parte alta da rua do Meio, uma mulher, tendo ouvido sua pergunta numa *lan house*, puxou-a pelo braço e a levou até o barraco de Indiara. Observara os símbolos do projeto estampados na camiseta de Emília e em sua mochila. Queria ajudar. Ali, morava a menina de 12 anos que não estudava. Provavelmente, não haveria ninguém em casa, antecipou a guia. A suspeita confirmou-se. “Eles já devem ter descido para o mercadão”, disse a moça.

Mercadão? A articuladora sabia que se tratava de um centro de abastecimento de produtos de alimentação, mas não sabia por que toda a família iria para lá, justamente quando anoitecia. Uma vizinha veio à janela. A guia a conhecia. As três conversaram sobre a família que não estava em casa. Indiara não tinha pai. Ao menos, as vizinhas nunca souberam que houvesse um homem na família. Nunca viram, nem ouviram falar do pai. Ou dos pais, no plural, porque a menina tinha cinco irmãs, todas adolescentes. Três grávidas, duas das quais teriam o segundo filho. Já eram mães. As crianças tinham sido entregues para adoção. Nenhuma das meninas estudava.

Sobre o mercadão, os relatos desfiavam uma trama grotesca. Complementavam-se. Emília nunca tinha ouvido uma história como aquela. Custou a crer. Agradeceu o apoio das interlocutoras, prometeu voltar no dia seguinte. Era preciso confirmar. Sua vontade era partir imediatamente para o mercadão. Descendo a favela, mais calma, pensou duas vezes e concluiu que poderia pôr todo o esforço futuro a perder caso se precipitasse. Para não falar nos riscos que correria. Naquela noite, rezou para que as informações fossem falsas, mera maledicência das vizinhas.

Ao meio-dia, bateu à porta do barraco de Indiara. Nenhuma voz, nenhum movimento. Emília insistiu. Nada. A vizinha que conhecera na véspera entreabriu a porta e a chamou com sinal sutil. Emília aproximou-se o suficiente para escutar o que a mulher tentava lhe dizer em voz baixa.

“A menina dorme até tarde. Deve ter tido várias relações durante a

noite. Precisa descansar. A mãe e os irmãos também trabalharam a noite toda. Ficam exaustos de manhã. A gente já sabe que eles não acordam antes de uma hora, mais ou menos.”

A mulher estava apressada. Provavelmente, preferia não ser vista com Emília pela família vizinha, porque não sabia que providências a articuladora tomaria. A ética comunitária não tolera delatores, por mais nobres que sejam seus objetivos. Emília percebeu que as narrativas sobre as noites no mercadão eram consistentes, ao menos verossímeis. Lembrou-se dos detalhes da conversa com as duas mulheres e deu-se conta de que o caso prometia ser maior que ela e sua competência institucional. O abandono da escola era o menor dos problemas. O que ela obteria com uma visita à família? Ligou para o CRAS e, já a caminho, pediu à assistente social uma reunião urgente.

A história era verdadeira. A rotina familiar era essa mesmo. Todos desciam da favela da Pedreira para o Mercadão, que fica próximo à entrada da comunidade. As meninas grávidas e a mãe vendiam balas e doces. Havia a suspeita de que vendessem drogas também. Indiará e duas irmãs afastavam-se até os fundos do pátio escuro para “conversar” com caminhoneiros e carregadores, nas palavras da mãe.

Essa explicação as assistentes sociais ouviram quando foram esclarecer a situação in loco. Elas eram abusadas sexualmente contra o pagamento de sabe-se lá que quantia. Estava evidente que Indiará e suas irmãs não eram as únicas vítimas. Sua família não era a única, naquela favela, que vivia da própria exploração a que era submetida. A cena, portanto, comportava crime. A própria venda de balas e doces, ainda que fosse apenas o comércio pueril que pretendia ser, ainda que não envolvesse substâncias ilícitas, tampouco era inocente. Crianças e adolescentes trabalhavam, e o faziam à noite, em ambiente que as deixava mais vulneráveis do que seriam em condições usuais.

As assistentes sociais, em sua incursão, nada puderam fazer, porque não tinham autoridade para segurar ninguém à força, nem para dar ordens, muito menos condições de deslocar um contingente de profissio-

nais durante a madrugada. Concluíram que seria necessária uma operação de vulto, que incluiria o Conselho Tutelar, o Ministério Público do Trabalho, a Polícia e o Judiciário.

Desde aquela noite, havia já algumas semanas, vinham postergando a decisão sobre o quê exatamente fazer e como proceder, porque previam que, se uma batida policial fosse desencadeada, a mãe provavelmente seria presa, as meninas, conduzidas a um abrigo, mesmo sendo vítimas, e a família, despedaçada, cada membro para um lado. A intervenção seria indispensável, era evidente, e com urgência, uma vez que a violência criminosa do abuso repetia-se, noite após noite. No entanto, uma ação desse tipo também destruiria o que houvesse de positivo nas relações familiares, o que houvesse de virtude em sua união.

As perguntas suscitadas, naquele momento, diziam respeito a uma realidade complexa e à avaliação de casos anteriores: será que valeria a pena tentar uma abordagem diferente com a família, convencendo mãe e filhas a mudar de vida e lhes oferecendo alternativas concretas de sobrevivência digna? Como garantir a provisão dessas alternativas? Quem se responsabilizaria?

As parceiras de Emília compartilharam com ela o que sabiam e o que ignoravam, o que julgavam ser seu dever profissional e o que consideravam sua obrigação moral. Nem sempre as leis se aplicam automaticamente e representam a melhor solução para dilemas humanos complexos. Emília as procurou para ouvir uma orientação e conhecer decisões. Escutou dúvidas e testemunhou a angústia de quem tinha a coragem de reconhecer que a hesitação pode, eventualmente, ser mais nobre do que a eficiência.



9.
AMOR À
PRIMEIRA
VISTA

“ Seu companheiro trabalha em quê?”, perguntou Flora.
“Não sei.”

Depois de longo silêncio, Janete prosseguiu:
“Ele sai de manhã.”

Janete e Romário conheceram-se na rodoviária. Ele fora levar o irmão, que viajava de volta para o norte. Ela chegava do nordeste. Não tinha parentes ou amigos. Não sabia para onde ir, nem como ganhar a vida. Mais importante, entretanto, era salvar a própria vida e proteger Michele, sua filha de sete anos. Mesmo que a criança não estivesse sob ameaça, a vingança do pai poderia atingi-la. Janete vinha sendo vítima de violência doméstica fazia muito tempo. Separou-se, foi morar com a mãe, mas o ex-marido invadiu a casa da sogra e espancou a moça, novamente. Quanto mais Janete reafirmava sua disposição de afastar-se e de fazê-lo definitiva e irreversivelmente, mais brutais tornavam-se as reações do pai

de Michele. Fugir para o Rio lhe ocorreu como medida extrema, quando se deu conta de que, na Paraíba, o homem a encontraria onde quer que ela se escondesse. Na última surra, ele prometeu matá-la na próxima vez, se a ex-mulher insistisse em abandoná-lo. Janete trazia, no corpo, as marcas das agressões. Michele crescia assustada, atormentada.

Romário lhe pagou um café, falou um pouco sobre o Rio de Janeiro, disse que morava sozinho em Jacarepaguá e a convidou a hospedar-se em sua casa, que era modesta, porém decente. A estada provisória estendeu-se e transformou-se em coabitação. A hospitalidade generosa de Romário converteu-se em afeto recíproco e cumplicidade. Na manhã em que abriu a porta para Flora, Janete já era companheira de Romário, mas ainda não ousara meter-se em sua vida pessoal a ponto de indagar sobre sua profissão.

Flora bateu à porta buscando outra pessoa. Os registros escolares estavam ultrapassados. A família do menino infrequente que ela procurava não morava mais naquele endereço. Sorte de Janete, que não sabia como proceder para identificar a escola apropriada e matricular a filha. Depois de anos padecendo, o acaso a favoreceu pela segunda vez.

Felizmente, Janete viajou municiada de uma carta do Conselho Tutelar na Paraíba, justificando a concessão emergencial da guarda de Michele. Graças ao documento, ela pode trazer a menina consigo. Era preciso, agora, que a Justiça reconhecesse a legitimidade da guarda materna. A articuladora orientou Janete a dirigir-se ao CRAS e à Defensoria Pública, enquanto prepararia o terreno para matricular a menina na escola mais próxima. Na conversa, percebeu que o método não funcionaria. Janete não tinha a menor ideia do que fossem essas instituições, nem localizava bairros e ruas. Seu mapa de referência ainda era a cidade paraibana. Ela recém-chegara. Era natural que suas mãos ficassem frias e trêmulas, ouvindo as instruções de Flora. Como os territórios mais pobres e vulneráveis da cidade estão repletos de migrantes nordestinos, a tendência, pensou Flora, é que consideremos banal a mudança, como se a migração fosse um processo meramente geográfico, um simples

deslocamento físico de um espaço para outro, de uma região para outra. Ela também era nordestina, viera para o Sudeste com a família no fim da adolescência e experimentara a intensidade das transformações envolvidas. Portanto, Flora concluiu, não se tratava de paternalismo, muito menos de invasão de privacidade ou desrespeito à autonomia das pessoas ou da família: ela acompanharia Janete, sim, em seu périplo pelo Rio e pelas instituições.

Mas nada era fácil na vida de Janete. Sua mãe foi hospitalizada. Parecia algo realmente grave. Seus parentes a chamaram. Um primo foi buscá-la na rodoviária que ficava numa cidade vizinha. Na estrada, o carro foi abalroado, capotou e, milagrosamente, Michele nada sofreu. Janete teve de submeter-se a uma cirurgia delicada, fraturou alguns ossos e passou duas noites entre a vida e a morte. No Rio, Flora não suspendeu os trâmites, nem poderia fazê-lo, porque não tinha como antever os desdobramentos do último infortúnio.

Meses depois, Flora recebeu um telefonema interurbano a cobrar. Identificou Janete pela voz. Era uma alegria genuína ouvi-la. Ela preparava o retorno ao Rio com a filha e gostaria de continuar contando com a ajuda da articuladora.

Na primeira visita posterior a todos os percalços, pondo em dia as notícias, e sem que Flora tivesse sequer mencionado o companheiro, Janete lhe disse: “Ele é caminhoneiro”.





10.

RENASCIMENTO

Denise soube da história de Jaqueline por acaso. Subia o Morro da Chaleira, em Senador Camará, combinando os dois métodos de trabalho do projeto *Aluno Presente*: a “busca ativa” e a procura de crianças já identificadas, que estariam fora da escola ou infrequentes. Ela costumava trabalhar assim para melhor aproveitar o tempo e os percursos nos territórios. E foi assim, perguntando a um e a outro, que ouviu o nome da adolescente pela primeira vez. A senhora que mencionou a menina indicou a localização de sua casa. Denise bateu à porta. Nada. Gritou:

“Tem alguém em casa? Estou procurando a família de Jaqueline.”

Finalmente, uma voz feminina respondeu:

“Não mora mais aqui.”

A articuladora insistiu:

“Posso falar com alguém da família dela?”

A voz, já impaciente, repetiu:

“Não mora mais aqui.”

Denise achou estranho. A senhora tinha lhe apontado a casa com tanta convicção. Não se deu por vencida. Voltou alguns metros até a ladeira principal. A senhora não estava mais por lá. As casas ao redor estavam fechadas. Nenhum vizinho à vista. Decidiu que voltaria, anotou em seu caderno a localização e retomou a caminhada.

Os compromissos e os problemas de todo dia atrasaram o retorno planejado. Cerca de um mês após a primeira tentativa, Denise voltou à casa de Jaqueline. Ela ainda não se convencera de que a menina não morava mais lá. Dessa vez, não precisou bater à porta. Uma mulher estava na soleira, a porta entreaberta, fumando e, aparentemente, tomando um ar. Denise riu de si mesma quando lhe ocorreu esta hipótese, inteiramente contrária à evidência: a atmosfera abafada, o calor úmido, o mormaço pegajoso do começo da tarde não permitiam nenhuma circulação de ar. A articuladora enxugava o suor na testa para proteger os olhos que ardiam.

“A senhora é a mãe de Jaqueline?”

A interlocutora examinou Denise dos pés à cabeça, tragou o cigarro e fez um sinal afirmativo com a cabeça. A articuladora apresentou-se, explicou a finalidade de seu trabalho e quis saber se a menina estava fora da escola. A mãe a convidou a entrar. Na casa modesta, sentaram-se à mesa. Denise ouviu uma longa história, que soa absurda, mas talvez não seja tão inusitada nos territórios mais vulneráveis do Rio de Janeiro.

Jaqueline estava, naquele momento – não estava um mês atrás, por ocasião da primeira visita de Denise –, em uma instituição educativa de tempo integral, que funcionava como se fosse um internato. Tratava-se, de fato, de uma entidade religiosa católica, que abrigava missionárias e acolheu a menina, excepcionalmente, em respeito ao desespero do pai, que não sabia mais o que fazer com ela. A história começara antes. A menina, de 12 anos, volta e meia sumia de casa. Aparecia, tempos depois, machucada. Certa vez, voltou machucada e grávida. Namorava um rapaz envolvido com o tráfico de drogas na comunidade. Passavam bem alguns

períodos, desentendiam-se em outros e, quando isso ocorria, o resultado era a violência e o retorno de Jaqueline à casa dos pais – casa que ainda era, claro, sua também. Os pais da menina temiam intervir diretamente, dirigindo-se ao agressor – agora futuro pai de seu neto – ou o denunciando, em razão de suas relações com o “pessoal do movimento”. O rapaz dera mostras do que seria capaz, e seus parceiros provavelmente não seriam menos brutais, era o que pensavam o pai e a mãe de Jaqueline.

Denise entendeu por que a escola ficara relegada ao segundo plano, até por conta do impacto das oscilações daquele romance prematuro sobre o cotidiano de uma criança.

Um dia, em meio à feira livre semanal montada na entrada da favela, o pai deparou-se com uma religiosa, distribuindo convites para uma festa beneficente. Perguntou-lhe se recebiam meninas para morar e estudar, meninas de 12 anos. A missionária disse que, a princípio, não era essa a função da entidade, mas que, de qualquer modo, buscaria informar-se. Se ele quisesse procurá-la, o endereço estava registrado no panfleto.

Por sua própria iniciativa, Jaqueline abortou, sem ouvir os pais, que só ficaram sabendo o que acontecera quando ela voltou de um de seus sumiços.

A vida seguiu seu curso acidentado, com idas e vindas.

Poucos meses depois, ela regressou de mais um desaparecimento com outra novidade: estava grávida mais uma vez. E era agora soropositiva.

Quatro meses depois de guardar o panfleto no bolso para uma ocasião futura, o pai de Jaqueline a levou para a instituição católica. Chegou sem avisar, sem consulta prévia sobre a possibilidade de receberem sua filha. Entrou com a menina e a mala, pediu para falar com a diretora e apresentou a menina, grávida e soropositiva. De alguma forma, sua angústia foi captada e compreendida. A solidariedade das religiosas foi maior que as convenções formais e as determinações institucionais. Jaqueline ficou.

Ficou, mas a seu modo: desaparecendo e retornando, passando

períodos com o namorado, brigando com ele, apanhando e voltando não mais à casa materna, mas ao lugar que a acolheu no momento crítico. No parto precoce, oitavo mês, Jaqueline perdeu o bebê, uma menina. A consternação a abateu, e às missionárias. Mas a vida continuava. A rotina de saídas e retornos prosseguia. Aos 14 anos, voltando de uma de suas escapadas, anunciou às missionárias que estava grávida novamente. Dar à luz tornou-se então um compromisso de todas. Essa criança tinha de vingar. Vingou. O menino nasceu saudável. Dos três exames necessários para saber se ele herdaria ou não a doença materna, ele já passara por dois, com bons resultados.

A mãe de Jaqueline finalmente era avó, foi o que ela disse a Denise, que ouvia a história atenta e perplexa, e que se permitiu uma conjectura. Talvez o nascimento de um menino saudável tenha interrompido o círculo vicioso. A atração por um amor violento, que a humilhava e repelia, mal entrada na adolescência, prendeu Jaqueline numa teia mortificante. O processo realimentou-se com sua dupla derrota: o aborto e a perda do segundo bebê. Ela fracassava como mulher, sendo ainda criança, e perdia a infância, no afã de virar mulher. Talvez ela só quisesse ser uma pessoa plena, digna de amor e valorização. A criança que sobreviveu pode tê-la libertado desse enredo escravizador, em tudo semelhante à dependência química.

A interpretação pode estar certa ou errada, mas o fato é que o final provisório da história parece comprovar que Jaqueline está se mostrando capaz de começar de novo, de um outro jeito, longe do namorado violento e consciente quanto à importância de sua formação. Graças à iniciativa de Denise, que pediu, à mãe, apoio para convencer a filha a voltar à escola, e foi à luta, e também à generosidade das religiosas, que dividiam entre si os cuidados com o bebê, Jaqueline voltou à escola. Denise segue acompanhando o caso de perto. Segundo as últimas informações, ela não falta às aulas e parece estar integrada à comunidade escolar. Aos 15 anos, dá sinais de que está renascendo.



11. **PAPÉIS**

Carlos Eduardo tem dez anos e nunca foi à escola. Nem sempre isso significa negligência familiar. Esse caso, conduzido pelo articulador Ricardo, comprova-o. A história, em certo sentido, é exemplar, porque serve para alertar quanto à importância de que se aprimorem as relações de cooperação entre as agências locais, e também para mostrar quão deletério pode ser o tratamento burocrático dos temas humanos, que tendem a ser complexos e são sempre singulares.

Com um mês de idade, essa criança foi vista, pela primeira vez, por dona Rita, que, à época, morava na favela das Flores, entre a Penha e Brás de Pina. Ela passava por algumas pessoas dormindo na rua e parou diante de uma cena que a comoveu: uma jovem mãe embalava, entre andrajos, um bebê tão sujo quanto ela. Ambos pareciam desamparados. Agachou-se para conversar com a mulher e percebeu que todos naquele

grupo eram usuários de crack. Apiedou-se da criança e ofereceu-se para dar-lhe um banho, alimentá-la e vesti-la. Ela a traria de volta em seguida. A mãe aceitou a proposta.

Dona Rita cumpriu a promessa. No banho, descobriu que era um menino. Preparou leite morno, que ele sorveu com ímpeto de atleta. Depois, o bebê caiu em sono profundo. Nem dez atabaques o acordariam. Levou-o de volta à mãe e o entregou com o coração apertado. Ela não estava em condições de cuidar do neném. De todo modo, essa avaliação não competia a Rita.

Volta e meia, ao longo do dia, pensava na criança. À noite, choveu e dona Rita mal conseguiu dormir. Cedo pela manhã, saiu à cata de mãe e filho. Estavam no mesmo lugar. Protegeram-se num galpão próximo e voltaram ao amanhecer, quando parou de chover. Rita, dessa vez, mais pediu do que se ofereceu para levar o bebê por uma hora ou duas. A mãe não hesitou um instante. Rita saiu com o menino nos braços, feliz e ansiosa. Afeiçoara-se à criancinha.

As visitas repetiram-se até virarem rotina, e os períodos com o bebê alongaram-se. Até que a mãe pediu a dona Rita que levasse o filho de vez e não voltasse. Contou-lhe que tinha mesmo a intenção de doá-lo e que ela, Rita, havia caído do céu.

Rita sentiu-se realizada e, no fundo, concordou com a mãe: deduziu que aquele encontro fortuito, convertido em amor, só poderia ser mesmo obra divina. “Seja feita Sua vontade”, ela disse para si mesma. O argumento teológico foi muito eficiente na persuasão do marido de dona Rita. Afinal, ela já tinha dois filhos e o mar não estava para peixe, como ele costumava dizer, recomendando-lhe, todos os dias, que apertasse o cinto, fosse mais comedida nos gastos. Foi preciso evocar o Senhor para dobrar sua resistência. O casal era evangélico e levava muito a sério a religião. Durante os meses subsequentes, Rita visitou a mãe duas vezes para mostrar-lhe como o menino crescia rápido e esbanjava saúde. Ela considerava seu dever tranquilizar a mãe, talvez porque se sentisse mais grata à mãe do que supunha que a mãe se sentisse. Foram apenas duas

visitas, porque, na medida em que o tempo passava, mais Rita se apegava à criança e mais temia que a mãe mudasse de ideia.

Por feliz coincidência, Rita e sua família tiveram de mudar-se para a favela da Jararaca, na mesma região, mas do outro lado do morro das Flores. Ela pôde respirar aliviada. Ao longo dos anos, a insegurança inicial foi substituída pela solidez dos vínculos entre mãe e filho. Dona Rita era severa, exigia disciplina, embora fosse terna e amorosamente dedicada. Carlos Eduardo cresceu entre os dois filhos de Rita, como o irmão mais novo. Jamais duvidou que aquela família fosse seu lugar natural, ainda que dona Rita lhe tivesse contado a história verdadeira, substituindo o gesto de doação da mãe de sangue por uma declaração sofrida de afeto pelo filho, acompanhada do reconhecimento de que faltavam as condições mínimas para criá-lo. Rita foi sábia o suficiente para transformar a doação em ato sublime de desapego, ato amoroso, que valoriza, acima de tudo, o futuro do filho. Uma vez por ano, levava o menino para beijar sua mãe biológica, mesmo que ela estivesse em um abrigo para moradores em situação de rua.

Os anos se passaram e chegou a idade escolar. Foi aí que os problemas começaram. Claro que o zelo materno de Rita não lhe permitiria negligenciar a educação do menino. No entanto, em pouco tempo, o destino e a indiferença burocrática das escolas jogaram dona Rita em um dilema. Duas escolas procuradas recusaram-se a matricular a criança porque faltava a certidão de nascimento. A questão era grave porque, se Rita pleiteasse a formalização da guarda ou da adoção, poderia perder o direito de tê-lo como filho. Direito que ela nunca teve, no papel. Até aquele primeiro impasse, a realidade da vida, o amor da criança e o respeito comunitário sempre lhe bastaram para legitimar a filiação. Seria preferível privilegiar os estudos, com o risco de perder a criança, ou garantir sua ligação familiar, com prejuízo da educação? Na verdade, não importava a Rita saber o que era certo ou errado. Ela simplesmente não tinha coragem de enfrentar a possibilidade de perdê-lo.

Houve outro susto. Quando Carlos Eduardo estava com cinco

anos, aproximadamente, a mãe biológica fez chegar a Rita o recado de que o pai do menino acabara de falecer. A criança nunca vira o pai. Rita sabia que se tratava de uma pessoa de classe média, que viera de São Paulo para dedicar-se, de corpo e alma, ao crack. Considerou seu dever proporcionar, ao filho, um contato com o pai, mesmo que fosse em circunstâncias dramáticas. No cemitério, estavam dois irmãos adultos de Carlos Eduardo. Homens de posses, percebia-se. Quando souberam que o pai tivera mais um filho, dirigiram-se ao menino, apresentaram-se e pediram a dona Rita que os autorizasse a levá-lo para passar um mês com eles, conhecendo sua família paulista.

Rita agradeceu, prometeu combinar, ficou com os cartões e desconversou. Desde então, a família paulista do pai falecido tornou-se uma ameaça permanente ao sossego de dona Rita. Ela temia que, a qualquer momento, aparecessem com documentos, carros oficiais, advogados, polícia, e sequestrassem o menino, com a chancela dos papéis. Isso nunca aconteceu. A ameaça era só o medo e a insegurança no espelho. Entretanto, o risco que a escola representava era real. Ela sabia. O caminho dos documentos é o caminho da impessoalidade. Ela imaginava salões com pé direito altíssimo, pessoas de terno passando apressadas, falando baixo, o piso de mármore brilhante, alguém lhe entregando uma decisão judicial qualquer e o filho sendo arrastado por uma porta. A escola afastou a criança por falta de certidão, contrariando a lei, e o pesadelo de dona Rita a afastou das instituições que poderiam tê-la ajudado a solucionar os dois problemas de uma só vez: legalizando a adoção e provendo a certidão de nascimento em nome dela e do marido.

A escola foi, sem dúvida, a perda maior, mas não a única. A cada dois ou três anos, Rita viajava com os filhos mais velhos e o marido para visitar a família, no Nordeste. Jamais ousou levar Carlos Eduardo. O ônibus interurbano exige documentos. A criança ficava hospedada na casa de vizinhos. Rita despedia-se com o coração partido.

Fofocas, boatos, falatório, essa é a eficiente tecnologia de comunicação de uma comunidade na qual todos participam da vida de todos,

até porque as paredes não garantem privacidade. Antes do Twitter, do WhatsApp, do Telegram e do e-mail, a palavra soprada no ouvido do vizinho já corria mais que o vento. Em geral, a mensagem chega, de volta ao primeiro emissor, invertida. Não importa, funciona, estabelece contato. As articuladoras e os articuladores beneficiam-se do amplo repertório de notícias cotidianas porque encontram, entre tantas falsas, algumas preciosidades.

Foi assim que Ricardo ouviu falar de Carlos Eduardo e descobriu a casa de dona Rita. O menino já tinha dez anos. Rita admitiu: “Ele nunca foi à escola”. Contou-lhe sua história. A posição de Ricardo era delicada. Ele não podia mentir para Rita. Tinha de concordar com ela quanto aos riscos. Havia riscos, sim, porque ninguém pode controlar decisões judiciais. Ele era um profissional, mero articulador de um projeto devotado à educação das crianças, um projeto destinado a reconectar crianças e escolas. Entretanto, faria tudo para que o processo fosse conduzido com o máximo de cautela, reduzindo os riscos. Seu coração também dava pulos.

Dona Rita devia, a Carlos Eduardo, a coragem de correr esse risco, porque o que estava em jogo era o futuro do menino. Ela viu-se no lugar da mãe que, em sua versão edulcorada, aquela que contara a Carlos Eduardo, sacrificara o egoísmo em benefício da felicidade do filho. O amor é isso, ela explicara ao menino. Pois a vida a empurrou, ironicamente, para um beco sem saída no qual coube a ela agir como, na fantasia que inventara para proteger a imaginação da criança, a mãe fizera.

Rita aceitou a proposta de Ricardo. Deu-lhe razão. O menino não podia perder o futuro, continuar fora da escola. Era hora de correr os riscos. Afortunadamente, um programa do Judiciário, o ônibus da Justiça Itinerante, atenderia a população do morro da Jararaca na semana seguinte. Ricardo prometeu acompanhá-la, mas Rita estava ansiosa demais. Não o esperou. Preferiu resolver de uma vez.

Desse ponto em diante, a história não é clara. Rita estava nervosa demais para lembrar-se com precisão. Ela se recorda que uma mulher arrogante questionava tudo o que ela dizia. Dona Rita perdeu o contro-

le e gritou: “Quero falar com o juiz. Só vou falar com o juiz. Ninguém vai tirar meu filho de mim”. O juiz ouviu, aproximou-se e marcou, com ela, uma audiência. No dia agendado, na hora certa, dona Rita, com sua melhor roupa, abriu o coração. O juiz pediu que ela mandasse o menino entrar. Carlos Eduardo disse quem era sua mãe. O magistrado não hesitou. Não se interessou sequer por ouvir a mãe biológica. Concedeu, a dona Rita e seu esposo, com status de pai e mãe, o certificado de nascimento da criança.

Ricardo tem razão para sentir-se orgulhoso. Ele convenceu a mulher a vencer o medo e enfrentar os desafios impostos pelas instituições. Depois, ajudou-a a se preparar para o encontro com o juiz. Finalmente, matriculou Carlos Eduardo em sua primeira escola. Contudo, como profissional e cidadão, avalia que as parcerias entre as instituições ainda são precárias, salvo exceções, e que, por vezes, a burocracia e os formalismos são apenas desculpas para a má vontade, ou até mesmo para a intenção de excluir crianças rotuladas com o estigma alunos-problema, filhos de famílias-problema. Há muito a fazer. O consolo é saber que é possível mudar. E talvez não seja tão difícil.



12.
ARTE DA MEDIAÇÃO
E DAS SOLUÇÕES
LOCAIS

O enredo deste relato inverte a estrutura padrão das narrativas anteriores. Dessa vez, quem toma a iniciativa é a mãe. Na medida em que o projeto se torna mais conhecido, situações inusitadas tendem a ocorrer, surpreendendo as próprias articuladoras. Foi o que aconteceu no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, bairro situado entre a zona sul e o centro da cidade. Dona Hilda procurou Viviane porque sua filha estava infrequente e corria o risco de passar da infrequência à evasão. A mãe, faxineira e solitária, sem cônjuge ou parentes, contou a seguinte história.

Celeste tinha sete anos e deficiência cognitiva. Não se tratava de opinião materna, mas de diagnóstico médico. A menina fora submetida a exames e avaliação especializada. Era um amor de criança, interagiu muito bem com as coleguinhas, nenhum problema de comportamento, era querida em seu grupo. O problema estava na aprendizagem. Tinha

grande dificuldade para acompanhar o ritmo da turma na escola. Por isso, era considerada “aluna especial”, que requer atenção apropriada. Oficialmente, ocupava duas vagas. Essa era a regra. Continuava tentando alfabetizar-se, enquanto as crianças de sua idade avançavam no conteúdo. Dona Hilda resignara-se com a deficiência da filha, que, certamente, não a impediria de desenvolver-se, realizar-se na vida, ser feliz, mas não se conformava com os obstáculos artificiais que lhe eram impostos pela política de distribuição de vagas entre as escolas. Até porque compreendia a importância crucial da educação para a evolução da menina.

Havia duas escolas na região. Uma delas ficava muito próxima da favela dos Prazeres. Se a filha conseguisse matricular-se ali, tudo estaria resolvido. Ela iria e voltaria a pé. Não havia vaga. Talvez, na metade do ano, alguma se abrisse, uma vez que muitas famílias mudam-se ao longo do semestre. Esta é uma característica da população de baixa renda, moradora de territórios vulneráveis no Rio de Janeiro. Mesmo assim, Celeste seria a terceira na lista de espera.

No momento em que compartilhava seu dilema com Viviane, sua filha estava matriculada na segunda escola da região, localizada a dez minutos de ônibus de sua casa. No primeiro encontro com a articuladora, Hilda explicou, em detalhes, o que a diretora da escola mais afastada parecia não entender. A distância era curta, claro, isso era incontestável. Mas a distância não era a questão. Celeste não tinha como ir à escola de ônibus sozinha, o que exigiria que ela atravessasse a rua na partida e na chegada. Hilda ainda não se sentia segura para autorizar esse grau de autonomia. Por isso, para compatibilizar seu trabalho diário com a frequência à escola, ela contratou os serviços de uma senhora que buscava a menina em casa e a levava à escola, de ônibus. No final das aulas, a esperava na porta da escola e a levava para casa, próxima ao morro dos Prazeres, onde a entretinha até as duas horas, quando começavam as atividades na Casa dos Prazeres, uma organização não-governamental dedicada ao cuidado de crianças no contraturno escolar. A senhora levava Celeste à ONG e Hilda a buscava no começo da noite, quando retornava do tra-

balho. As passagens lhe custavam R\$200,00 mensais, e o contrato com a senhora, outros R\$200,00. Sobravam-lhe menos de R\$600,00, porque sua renda não chegava a R\$1.000,00. Não dava para pagar as contas e arcar com os custos de alimentação.

A solução parcial, e absolutamente insatisfatória, que lhe ocorrera, e que estava sendo colocada em prática, prejudicando a menina e reduzindo ainda mais seus rendimentos, foi a seguinte: cortara pela metade os ganhos e os dias de trabalho. Passou a fazer faxinas em dias alternados, assim como Celeste passou a frequentar a escola dia sim, dia não. Com isso, abateu 50% dos gastos, porque suspendeu o acordo com a senhora. O custo do transporte não sofreu alteração, porque as passagens de Hilda estavam incluídas na despesa, fosse com deslocamento ao trabalho, fosse com as viagens à escola, acompanhando a filha.

O resultado financeiro não era o mesmo, porque, na verdade, os cortes não foram equitativos. Hilda trabalhava três dias por semana – às segundas, quartas e sextas – e Celeste ia às aulas apenas duas vezes, nas terças e quintas. Por isso, perdeu menos renda do que eliminou despesas. Foi uma economia, embora nem de longe a contentasse.

Na conversa, Hilda abriu a Viviane suas contas e seu abatimento, a frustração e a culpa. Sentia-se responsável pelos efeitos, sobre o futuro da filha, daquela decisão drástica que tomara, reduzindo a menos da metade a frequência escolar de Celeste. Ela antecipava a intensificação da crise e a possibilidade da evasão definitiva, se não descobrisse uma saída para o impasse.

Viviane já enfrentara desafios mais difíceis, quando o núcleo do problema estava na resistência da família à escola. O caso de Celeste era o inverso. O mais importante existia: consciência e vontade. Não era possível que não se inventasse um caminho alternativo. O obstáculo, além das condições precárias de vida e do rendimento aviltante do trabalho, era a rigidez das políticas públicas, a dificuldade das instituições ante a natureza variável dos contextos locais e das circunstâncias pessoais, familiares, as quais exigiriam, para serem solucionadas, flexibilidade criativa e

capacidade de adaptação em benefício da realização dos fins que, afinal, são comuns.

Uma das peculiaridades salientes da missão das articuladoras era o compromisso profissional de substituir qualquer veledade melancólica e depressiva pela reafirmação do protagonismo, pela ação. Seu papel não era reclamar ou compadecer-se e deixar-se contagiar pelo sentimento de impotência, que só colabora para a instauração de um círculo vicioso que comprova a realidade insuperável da impotência. Portanto, não cabia a Viviane esperar que soluções partissem das instituições ou da política pública. Seu dever era buscar soluções viáveis, por meio do diálogo, da negociação, da persuasão, do estabelecimento de alianças locais; em uma palavra, por meio da mediação. Foi o que ela fez.

Em primeiro lugar, planejou visitas sucessivas e telefonemas diários à escola mais próxima, para que, na eventualidade de que a vaga surgisse, em julho, não houvesse o risco de que Celeste a perdesse, por negligência ou qualquer outro motivo. Viviane e Hilda se revezariam nos telefonemas e faziam, juntas, as visitas.

Enquanto isso, a articuladora pensaria em algo mais. Algo mais que costuma depender de atenção aos detalhes, exame minucioso de possibilidades não exploradas e criatividade. Ao longo da semana, ocorreu a Viviane conhecer melhor a Casa dos Prazeres, a ONG que acolhia, entretenha e divertia as crianças no contraturno escolar. Ligou para Hilda e lhe perguntou a razão do horário.

“Por que só a partir das duas horas? Será que eles são inflexíveis? Não valeria a pena contar sua história e consultar os dirigentes da ONG?”

Hilda não soube responder. A informação que ela tinha era essa: quem estuda pela manhã pode ficar na Casa à tarde e vice-versa. E o horário da tarde era a partir das duas horas. De todo modo, Hilda autorizou Viviane a visitar a Casa e explorar outras possibilidades.

Não foi complicado. A solução estava à mão. A Casa dos Prazeres não impunha limites estritos. Não haveria nenhum problema se Celeste fosse direto da escola para lá, ao meio-dia.

Viviane procurou Hilda novamente em sua casa, no dia seguinte à negociação com a ONG. Um custo estaria automaticamente eliminado. O serviço da senhora que ficava duas horas cuidando de Celeste poderia ser dispensado. Restava o transporte. Hilda, animada e inspirada pelos ares de mudança no quadro congelado que a sufocava, concebeu uma solução para levar a filha todos os dias à escola, alterando o horário em que iniciava as faxinas.

Sobrava, apenas, como desafio, o transporte da escola à Casa dos Prazeres. O ponto de ônibus que levaria Celeste à Casa ficava no lado da rua em que se situava a escola, ou seja, ela não teria de atravessar. E o ponto de chegada era praticamente na frente da ONG. Em resumo, Celeste poderia tomar o ônibus em frente à escola e descer em frente à Casa dos Prazeres, onde passaria a tarde toda, até que sua mãe a buscasse. Duzentos reais a menos nos gastos. A economia não era suficiente, mas Hilda ganhou fôlego para esperar a solução definitiva, que talvez viesse em julho, e o fez usando sua habilidade como equilibrista das adversidades. Celeste voltaria a frequentar normalmente a escola.

No meio do ano, a vaga na escola próxima foi realmente aberta e a nova matrícula confirmou-se.

Como se vê, uma história muito simples, com final feliz, mas que talvez redundasse em perdas dramáticas, não fosse a arte com que a articuladora conjugou interesses, vontades e potencialidades, inscritas nos limites aparentemente intransponíveis da realidade. O episódio demonstra que o sistema escolar pode ser mais eficiente se for sensível às necessidades das crianças e de suas famílias. Ele será mais sensível a essas demandas caso se disponha a abrir-se com mais flexibilidade a arranjos criativos, o que requer, em primeiro lugar, que a população local seja ouvida. Algumas vezes, as soluções nascem da imaginação de quem vivencia cada dificuldade.





13.
AS VIRTUDES DO
ESCÂNDALO

Sabrina circulava na parte central da favela do Teto Molhado, na área da cidade sob responsabilidade da décima CRE. Dava sequência à busca ativa, depois de um dia pouco produtivo, porque a entrada na favela fora vedada por “questão de segurança”, segundo o presidente da associação de moradores, até o meio da tarde. Um confronto entre facções era esperado, mas não aconteceu.

Tendo coberto, na véspera, a parte baixa da comunidade, subiu a escadaria até o alto, região mais populosa, situada em terreno íngreme e socialmente mais vulnerável. Era ali que ficava a área central, núcleo de comércio, *lan houses* e bares. Dobrou à direita na primeira viela e depa-rou-se com uma criança na cadeira de rodas, fora da casa, diante da porta aberta. Via-se o interior escuro da sala, salpicado pelo brilho intermitente, cinza-azulado, que pulsava no ritmo frenético das imagens da TV.

A articuladora aproximou-se e perguntou, em voz alta, competen-

do com a televisão: “Tem alguém fora da escola? Alguma criança fora da escola?”.

Uma voz de menina veio de dentro da casa: “Não tem, não”.

O menino cadeirante revoltou-se: “E eu, não sou ninguém?”.

Sabrina notou alguma dificuldade na articulação das palavras, mas entendeu perfeitamente o que ele disse.

Ele não parou aí: “Eu estou fora da escola”.

“Por que você não está estudando? Onde está sua mãe?”

Sabrina chegou perto dele, o suficiente para ver quem estava na sala. Duas crianças se amontoavam sobre um sofá manchado e puído. Outras duas brincavam no chão.

“Oi, eu sou a tia da escola. A mãe de vocês está em casa?”

O personagem aguardado afastou a cortina que separava os ambientes, atravessou a sala e dirigiu-se a Sabrina, enxugando as mãos no pano de prato.

A articuladora cumprimentou a mulher e apresentou-se. Disse o que fazia, colocou-se à disposição para ajudar e perguntou sobre o cadeirante.

“Ele disse que não tem escola.”

A mãe, Magali, confirmou.

“Ele gostaria de estudar?” Virou-se para o menino: “Você quer ir para a escola?”.

Ele não poderia ter sido mais enfático na resposta afirmativa.

Sabrina perguntou à mulher por que o menino estava sem escola.

Deve ter sido doloroso para Davi, este era o nome da criança, ouvir a explicação de sua mãe. Segundo dona Magali, tudo naquela casa girava em torno daquele filho. Os limites dele acabavam sendo os limites da família. Ela não teria como levar todos os filhos à escola se tivesse de fazer o mesmo com Davi. Não seria justo, ela disse, sacrificar quatro filhos para atender a apenas um.

Sabrina sentiu-se confusa com o raciocínio da mulher e perturbada com a exposição da criança àquela pesada transferência de responsabilidade.

Magali justificou-se, dando detalhes de sua trajetória e compar-

tilhando a experiência frustrante de anos anteriores, quando tentou matricular Davi, sem sucesso. As três escolas que visitou não estavam preparadas para recebê-lo. Os prédios não ofereciam acessibilidade. Não havia rampas, banheiros adaptados, escadas eram as únicas passagens entre os andares, e mesmo os pátios para recreio e esportes eram inacessíveis. Barreiras estavam por toda parte. Como permanecer ao lado do filho para tomá-lo nos braços escada acima, escada abaixo? Não sobraria tempo para trabalhar, nem para os outros filhos.

Sabrina compreendeu. Ouviu o relato como um soco na boca do estômago. A indignação ferveu corpo e alma, derretendo a máscara da profissional fria, objetiva, elegante, educada, cujo humor não se altera, faça chuva ou sol. A máscara que todos portamos quando transitamos em ambientes desconhecidos ou excessivamente formais, protegendo-nos da irrupção de impulsos inesperados.

“Isso é um absurdo, dona Magali. É ilegal, inaceitável, um desrespeito. A senhora tem direito, seu filho tem direito a uma escola acessível. Se a escola não está preparada, errada é a escola. Ela que se prepare. Nós temos meios legais de cobrar. A senhora não pode se conformar, não pode aceitar. Vamos mudar isso, dona Magali. Não vai ficar assim.”

A mulher foi tocada pela explosão sincera de Sabrina. Concordou com ela e balbuciou alguma coisa ininteligível. A articuladora identificou hesitação e ambiguidade nos gestos e na voz de Magali. Como se a mãe de Davi estivesse envergonhada por ter desistido, por ter se resignado. Ou culpada, talvez, por ignorar seus próprios direitos, sabendo que, nesse caso, a ignorância a condenara à imobilidade. Ela talvez percebesse, inconscientemente, naquele episódio crucial para o futuro de Davi, que espelhara a paralisia do filho, punindo-se e o punindo, mantendo-o fora da escola e se definindo como a mãe que fracassa. Houve um tempo em que Sabrina estudara psicologia e psicanálise, antes de ingressar na faculdade de serviço social. Por isso, inadvertidamente, era tomada por especulações desse tipo.

A articuladora tomou nota dos dados de Davi. Abriu, no *tablet*, o aplicativo do projeto *Aluno Presente*, digitou o nome completo e o nome da mãe, para inserir as informações no banco de dados e identificar as escolas com vagas nas imediações. Sua intenção era começar a marcha quixotesca no dia seguinte. Para sua surpresa, descobriu que Davi da Conceição e Silva, de oito anos, filho de Magali da Conceição e Silva, pai desconhecido, já estava inscrito no projeto. O registro original fora feito um ano antes. E, na coluna relativa ao desempenho observado, a articuladora que antecederia Sabrina indicara abandono por falta de condições da escola para receber aluno cadeirante.

Como teria sido possível que alguém da equipe de articuladoras e articuladores aceitasse aquele resultado, sem resistência, sem mobilizar as colegas, os coordenadores, as parceiras e os aliados das instituições, a começar pela CRE, cuja função inclui supervisionar as escolas e garantir o respeito aos direitos das crianças e de suas famílias? Não há projetos perfeitos, equipes sem falhas. São milhares de casos a acompanhar, milhares de demandas simultâneas. Erros acontecem.

Acontecem mas têm de ser corrigidos.

Sabrina combinou, com Magali, uma visita à CRE na manhã seguinte. Davi gostava do que estava ouvindo. Passou do desconsolo à alegria em poucos minutos, o tempo necessário para que sua mãe e Sabrina se tornassem íntimas, amigas de infância, solidárias na revolta e na esperança. Ela incendiou o espírito de Magali quando lhe disse que estava pronta para “rodar a baiana”.

Ao longo das três semanas seguintes, as duas mulheres estiveram, diariamente, na CRE e na escola que escolheram pela proximidade do Teto Molhado. Não admitiam respostas negativas, ponderações sobre dificuldades, tentativas de dissuasão, promessas diversionistas. Entoaram a linguagem dos direitos do início ao fim, sem tergiversações. Por feliz coincidência, a diretora da escola e as funcionárias da CRE, a despeito das reações iniciais negativas – ademais compreensíveis, em se conside-

rando os obstáculos materiais, gerenciais, financeiros, infraestruturais e logísticos, entre outros –, eram pessoas comprometidas com os mesmos valores que Sabrina defendia, alto e bom som, rodando a baiana. Por isso, acabaram cedendo e somando esforços para viabilizar a transformação da escola em tempo recorde. Davi não poderia perder mais um ano. Era inteligente demais para desperdiçar aquele tempo precioso. A deficiência que atolara seu desenvolvimento era institucional; a imobilidade era das escolas. Seu exemplo revolucionaria a vida de muitos outros alunos com deficiência. Sua vontade fez girar a roda do destino e das mudanças práticas, com a pequena ajuda de duas mulheres destemidas.





14.
PRISÃO
DOMICILIAR

Nem sempre, casa e família significam abrigo e proteção. A casa pode virar cárcere, e os laços de família, grilhões. Paula sabia disso. Aprendera no cotidiano de seu trabalho como articuladora do projeto *Aluno Presente* e, antes, enfrentando, como assistente social, muitos outros desafios. Havia casos, entretanto, capazes de surpreender o olhar mais tarimbado e chocar a sensibilidade calejada.

A missão era encontrar os pais ou responsáveis por duas crianças que haviam abandonado a escola: Julita e André, de 11 e 7 anos respectivamente. Paula obteve o endereço na escola e seguiu para o condomínio recém-construído. Endereço é modo de dizer: deram-lhe o nome da rua e o número do condomínio, nas cercanias do bairro da Paciência. A primeira impressão foi positiva. As condições pareciam razoáveis. Deduziu, das consultas informais, que, apesar do domínio local da milícia, não

havia as usuais imposições draconianas sobre moradores e comerciantes, nem aparatos ostensivos de segurança que tornam a atmosfera asfíxiante.

As indicações que a escola lhe passara não incluíam o número do apartamento, nem precisavam o bloco, mas não foi difícil descobrir. Os moradores conheciam a mãe pelo nome e as crianças pelo destino funesto. Paula foi advertida por uma vizinha:

“Ela não vai te receber. Não vai falar com você.”

“Vou tentar. Com jeito, a gente consegue. Será que ela está em casa?”

“Ela não sai de casa.”

“Nunca?”

“Nunca. Nem deixa os filhos saírem.”

“Como assim?”

“A mulher sofre dos nervos.”

“Ninguém trata dela? E o pai das crianças?”

“Esteve preso. Parece que já saiu, mas não mora lá, não.”

Paula agradeceu as informações, procurou o bloco indicado e subiu as escadas até o terceiro andar. A confiança na força de sua abordagem estava abalada pelos comentários que não faziam sentido.

Conferiu o número e bateu à porta. Uma criança começou a chorar. Ninguém atendeu. Paula insistiu. Nada. Não se deu por vencida. Continuou batendo. Ia gritar “alguém em casa?”, mas achou despropositado fingir que não ouvia o choro da criança. Voltou a golpear a porta, desta vez, com a mão espalmada. A menina, Julita, entreabriu a porta e, pela fresta, Paula viu o suficiente. Lixo por todo lado, pedaços de objetos quebrados e restos de comida no chão. O cheiro azedo escapou pela brecha como ondas de vapor desprendidas de um ralo subitamente destampado.

“Sua mãe está em casa?”

“Minha mãe não quer falar com ninguém, não.”

“Você é Julita?”

A menina calou-se, acuada por aquela intimidade repentina.

“Só quero ajudar você e seu irmão a voltarem para a escola. E era sobre isso que eu queria falar com sua mãe.”

“Vai embora”, gritou a mulher, sem se deixar ver. A menina, envergonhada, fechou a porta devagar.

Paula abaixou a cabeça e rendeu-se. O recuo a fazia sentir-se impotente e derrotada, mas o sentimento não era autorreferido. O problema não era seu fracasso, como pessoa e profissional. O problema que a angustiava era a situação dramática a que estavam submetidas aquelas crianças. Engolfada nesse tumulto de afetos sombrios e reflexões, permaneceu diante da porta, como se esperasse um milagre. O choque entre o sentido de urgência e a impotência congelou-a.

Mas não havia tempo a perder. Era indispensável agir. Enquanto Paula preparava-se para o próximo ato, ainda pouco claro em sua mente, aproximou-se um homem, apressado, que chegava como se atendesse a um chamado. Ele soubera que alguém fazia perguntas sobre seus filhos e temeu uma solução que o excluísse.

“Sou o pai da Julita e do André.”

Paula explicou a razão de sua visita e contou-lhe o que acabara de acontecer.

O homem deixara a prisão havia pouco tempo, conseguira emprego e levava comida para as crianças sempre que possível. A ex-esposa não o deixava entrar, nem aceitava falar com ele. Mesmo assim, ele aparecia pelo menos uma vez por dia e se postava ali mesmo, onde estava conversando com Paula. Sempre que vinha, batia à porta, chamava os meninos, a porta era entreaberta por uma das crianças, ele lhes acenava e passava os alimentos, enquanto a mulher jogava objetos na parede. A isso, reduzira-se a paternidade que lhe cabia exercer.

Paula e o homem falavam alto. O som ecoava no corredor estreito e, certamente, a mulher os escutava. Talvez por isso, subitamente ela abriu a porta, suja e esquelética como seus filhos. Interrompeu o diálogo, ordenou que o homem sumisse de sua frente e, inspecionando Paula com olhos ágeis, de alto a baixo, disse-lhe:

“Entra. Vou te mostrar por que não deixo ninguém entrar.”

O pai afastou-se, conformado, e Paula a seguiu até o centro da sala, que parecia ser o único cômodo do apartamento. O menino chorava cada vez mais alto, temendo que Paula – ela saberia depois – tivesse ido buscá-lo.

Antes que Paula se ressituassem diante daquela inversão de expectativas e tivesse tempo de dizer qualquer coisa, a mulher abaixou a calça, virou-se de costas, curvou-se para frente e abriu as nádegas:

“Está vendo? Ele vem e me estupra toda noite. Como é que eu posso abrir a porta?”

Recompôs-se, satisfeita e farta, como se tivesse dirimido qualquer vestígio de dúvida sobre a verdade da acusação. Paula concentrou o desconforto que a cena suscitava e que a absoluta indiferença da mulher não remediava. Tentou argumentar a propósito da importância da escola para as crianças, dispôs-se a fazer as mediações necessárias e solucionar os embaraços práticos, mas logo percebeu que era inútil a ponderação racional. A atenção da mãe flutuava. A paisagem doméstica tão degradada tornava qualquer palavra fútil. Ela e as crianças estavam evidentemente desnutridas, sem banho, sem cuidados, afogados numa rotina doentia e claustrofóbica. Nenhum objeto resistira à cólera da mulher. O hábito de lançá-los contra as paredes esculpira um alfabeto incompreensível que contava a história furtiva do desespero. O que restara espalhara-se no chão aos pedaços. Era preciso salvar as crianças, antes de pensar em escola, e salvar a mãe de si mesma.

Paula despediu-se, prometeu voltar, insistiu na ideia de ajuda e apoio e procurou esvaziar o temor de uma intervenção violenta.

Dirigiu-se imediatamente ao Conselho Tutelar e surpreendeu-se ao saber que tinham sido realizadas duas visitas à família, atendendo a denúncias dos vizinhos. Nenhuma delas constatou qualquer problema digno de nota, segundo os relatórios. A noite apagou a última esperança de que o caso fosse resolvido de imediato. Na manhã seguinte, cedo, Paula estava novamente a postos na sede do Conselho, reiterando a solicitação

de que uma nova visita se fizesse, com apoio médico e, se preciso, dos bombeiros. Depois da alegação de que as férias do conselheiro responsável impunham postergação das providências, dada a veemência da reação de Paula, iniciou-se, já na parte final da tarde, o processo de resgate das crianças e avaliação médica da mãe.

O pai apresentou todas as credenciais para assumir a guarda dos filhos, e o sofrimento psíquico da mãe foi identificado no diagnóstico. Descobriu-se que o posto de saúde já dispunha de uma ficha indicando a gravidade da patologia e informando que a medicação fora suspensa, sabe-se lá por quê. Paula obteve as vagas em duas escolas próximas. André tinha um histórico clínico que exigia cuidados especiais. O menino havia sido submetido a uma cirurgia cerebral, ainda bebê, e requeria acompanhamento na família, na escola e nos serviços de saúde. Apesar dos dramas precoces de suas vidas, Julita e André tornaram-se alunos frequentes. O final razoavelmente feliz desse caso tão desafiador, final provisório – como é provisória a vida para todos nós –, foi valorizado pela manifestação ativa de solidariedade por parte da comunidade de vizinhos. Enquanto o novo lar se organizava, eles trataram as crianças como filhos, cortando-lhes os cabelos enrijecidos por meses de abandono, cuidando de sua higiene, vestindo-os, alimentando-os e lhes oferecendo o bem mais precioso, por vezes escasso: afeto.





15.
ACABOU

Jandira encontrou a família de Nelinho quando fazia a chamada “busca ativa” na favela da Corcova, zona oeste do Rio de Janeiro. O menino tinha dez anos e estava fora da escola. A articuladora logo descobriria que se tratava de mais um caso relacionado à certidão de nascimento. As escolas não foram pacientes e solidárias. Por lei, as crianças sem documentos têm o direito de permanecer algum tempo sem os papéis, mas terão de apresentá-los, ao fim e ao cabo. As famílias são pressionadas e, às vezes, não sabem como atender à exigência.

O barraco ficava no beco da caveira, uma esteira de edificações precaríssimas, feitas de papelão e caixotes partidos, e algumas ripas de madeira. São coladas umas nas outras e dão de frente para uma fileira igual, a menos de um metro e meio de distância. Uma pessoa não atravessaria o corredor escuro com os braços abertos. A luz do sol não

chega, mas o calor é abrasador. O esgoto a céu aberto escorre diante das moradias, envolvendo todo o ambiente no odor acre de urina e fezes.

Na primeira visita, a mãe de Nelinho recebeu Jandira com gentileza e hálito de álcool. Rose levantou um pouco e empurrou para o lado o ferro que imitava uma porta. O interior era muito pequeno, e a mãe de Nelinho preferiu atender a articuladora no limite da casa, sentando-se com ela no tijolo que amparava a porta.

Ao longo do tempo em que acompanharia a família, Jandira soube que Rose, de 25 anos, Anita, sua irmã, de 24, e a mãe de ambas, avó de Nelinho, uma senhora ainda jovem, eram usuárias abusivas de álcool e diferentes tipos de drogas. Não tinham trabalho formal e fixo, mas ganhavam dinheiro prostituindo-se. Não havia homens na família. Nelinho tinha dois primos, filhos de Anita.

Foi fácil convencer Rose da importância da escola e, por decorrência, da papelada burocrática. Ela valorizava os estudos e desejava que o problema da certidão fosse resolvido o mais rápido possível, por motivos bastante objetivos, anteriores, inclusive, à demanda escolar. As razões para ansiar pelos papéis tinham a ver com os últimos anos de sua história pessoal.

No começo, seu ex-marido não era assim, mas foi se tornando extremamente agressivo, desde o nascimento de Nelinho. A criança crescia e a violência contra Rose aumentava. Até que ela passou a temer a escalada da brutalidade. Sentiu que aquela situação representava um perigo para sua vida. Tinha certeza, também, quanto ao mal que as surras que sofria diante do filho faziam para a criança. O pai do menino andava armado. Ocupava uma posição destacada no tráfico na comunidade da Onça Pintada. Se a mulher fugisse para qualquer lugar, ele acabaria a encontrando e punindo, quem sabe, com a morte. Só restava uma solução: fugir para uma favela inacessível ao agressor, uma comunidade dominada por facção rival. Era o caso da Corcova, para onde Rose mudou-se. Ela e a criança foram bem recebidas, porque sua mãe e irmã eram antigas moradoras e velhas conhecidas do pessoal do movimento. O pai de Nelinho jamais poderia por os pés lá e sair vivo. O avesso da lei é rigoroso e cruel.

A guerra entre as facções funcionava como um biombo protetor.

Na conversa, encostadas na porta de ferro, a simpatia de Rose contrastando com o cenário inóspito, Jandira propôs que visitassem o hospital onde Nelinho nasceu. A administração tem o dever de preservar o arquivo das declarações de nascidos vivos, as DNVs. Passaram-se dez anos, talvez tivessem dificuldades de achar, mas valia a pena tentar. Era um primeiro passo necessário. Enquanto isso, a articuladora faria um levantamento das vagas nas escolas da região. Marcaram dia e hora para a visita ao hospital. Jandira passaria na casa de Rose e, dali, seguiriam juntas.

Na data combinada, pontualmente, Rose bateu a mão espalmada na porta de ferro, e nada. Nem sinal. Chamou-a, em vão. Quando já se encaminhava para a saída do beco, uma voz feminina a interpelou. Voltou-se e viu a mulher que lhe fazia sinal. Rose retornou e Anita apresentou-se:

“Sou irmã dela. Ela não está. Foi procurar emprego.”

Convidou-a para entrar. Nelinho via televisão. Certamente, a casa da tia era uma espécie de extensão da sua. Conversaram um pouco. Anita sabia dos novos projetos. Seus dois filhos estavam na escola. Queria ajudar. Dispôs-se a acompanhar Jandira e a irmã na grande aventura, a visita ao hospital maternidade. O tema ocupava o centro das preocupações da família. Jandira compreendeu que as irmãs, além de vizinhas, eram íntimas. Ficou acertado que ela voltaria no dia seguinte para levar adiante o plano.

Retomando seu trabalho – afinal, seria preciso identificar outros casos que, eventualmente, exigissem seu apoio–, Jandira caminhava pela principal via da favela da Corcova quando percebeu estranha movimentação. Em menos de um minuto, como se a população tivesse sido informada da iminência de um desastre natural, a atmosfera indefinida e tensa tomou a forma de fuga e dispersão. Mães punham crianças no colo e corriam. Havia desespero e silêncio, como se todos soubessem exatamente o que fazer depois de um alarme, inaudível para Jandira. Subitamente, a via estava vazia e ela, apreensiva, sentou-se no muro baixo que

separava a rua de um terreno baldio, entupido de lixo.

Nada ocorreu. Devia ser boato. Baixou os olhos para consultar suas anotações. Sentiu uma presença antes de levantar a cabeça. Quando o fez, deparou-se com dois soldados do BOPE, que lhe apontavam fuzis. A articuladora mostrou sua camisa e a mochila com os signos do projeto e esperou que decifrassem a mensagem ou lhe dessem, pelo menos, a oportunidade de explicar-se. Eles a mantiveram sob mira. Jandira estava paralisada. Como se o disparo já tivesse sido dado e ela já estivesse fora de seu corpo, distante do momento e de qualquer ligação sensível com a matéria. Os soldados desistiram dela e seguiram sua caçada. Desde então, ela passou a perceber, do ponto de vista do morador, o que representa uma invasão policial em operações de guerra. Ela também entendeu, de um modo mais visceral, que diferença faz a desigualdade no Brasil. Qual a natureza da desigualdade, que não se reduz à economia, à moradia, ao saneamento, ao acesso à saúde e à educação.

Trêmula, entrou no bar mais próximo, não por acaso, lotado de pessoas que tiveram a mesma ideia. Importante era sair da rua. No tumulto daquele encontro inesperado, foi apresentada, por um dirigente da associação de moradores, à mãe de Rose e Anita. A senhora parecia drogada e se dizia agoniada com o sumiço de Rose, que saíra na véspera para beber e ainda não voltara.

Jandira era profissional tarimbada, à época, mas, justamente por isso, apesar do choque, sabia que havia muito a aprender, todos os dias.

No dia seguinte, Rose a esperava em casa. Seguiram, juntas, para o hospital, num bairro distante. Longa jornada de ônibus. Depois do demorado processo até o atendimento pelo funcionário responsável, a resposta frustrante: dez anos era muito tempo. A documentação antiga havia sido despachada para um hospital na Baixada Fluminense quando a unidade de saúde em que estavam foi municipalizada.

Na volta, Jandira fez o possível para manter o ânimo de Rose e Anita. A mensagem era: elas não desistiriam, conseguiriam os documentos, tudo acabaria bem.

Combinaram encontrar-se no ponto de ônibus, perto da entrada da favela, no dia seguinte, às 8h00. Jandira temia que Rose não aparecesse mais uma vez. Ela não apareceu. Jandira esperou quase meia hora e subiu até o beco das caveiras. Rose não tinha celular. Disse que perdera o aparelho. Foi um erro marcar na rua, ela pensou. Talvez se desencontrassem, uma subindo, outra descendo. Muita gente passava pela via central. Rose estava em casa. Dormira demais. Anita tinha outras coisas para fazer. Não as acompanharia.

A viagem foi mais longa. Em Duque de Caxias, no setor que cuidava de registros, a funcionária foi atenciosa. Contudo, por mais que se demorasse pesquisando as DNVs arquivadas, referentes ao ano em que Nelinho nascera, a resposta foi negativa. Rose não se conformava. Jandira tentou soar otimista, prometendo, à mãe de Nelinho, solucionar o impasse. Não sabia, ainda, como.

Descendo as escadas do primeiro andar para o térreo, teve uma ideia.

“Espera, me lembrei de uma coisa muito simples. A gente não vai desistir assim, tão fácil.”

Entraram, de novo, na sala.

“Onde estão os registros de entrada no hospital?”

A funcionária hesitou um instante, mas logo se deu conta de que fazia mesmo sentido.

“Qual o mês de nascimento da criança?”

Rose respondeu, junho, e sentou-se ao lado de Jandira, no banco de madeira à frente do balcão. Ela também compreendeu. Era óbvio, depois que Jandira quebrou o ovo de Colombo.

Quase uma hora depois, a moça retornou com o fracasso estampado no corpo.

“Nada. Em junho, nada. Não seria julho?”

A pergunta da funcionária irritou Rose. A mãe não saberia em que mês deu à luz? A dúvida lhe pareceu insultuosa. A moça insistiu.

“Não vale a pena tentar julho?”

Jandira interveio.

“Sim, boa ideia. Vale a pena, sim. Quem sabe houve um engano do hospital?”

Difícilmente, seria este o caso, mas era uma forma de tranquilizar a mãe ofendida e impedir que sua indignação obstasse a nova tentativa.

A intuição da funcionária estava certa. Rose internou-se em julho. A criança nasceu em julho. Durante dez anos, a mãe comemorou o aniversário do menino no mês errado.

Poucos dias depois, foram juntas ao cartório. Anita não pode ir. Por isso, a única dificuldade foi convencer alguém a assinar como testemunha. São necessárias duas. Jandira precisava persuadir outra pessoa, entre os presentes, excluídos os funcionários. No mundo em que a desconfiança reina, envenenada pelo racismo, as resistências quase puseram a perder a empreitada. Finalmente, uma boa alma dispôs-se a endossar a certidão. Pronto, Nelinho tinha origem conhecida e reconhecida. Ao menos, no lado materno.

Jandira foi, mais uma vez, à favela da Corcova para falar sobre a escola na qual Nelinho seria matriculado. Por acaso, o menino e a mãe desciam e cruzaram com a articuladora. Conversaram na rua mesmo, entre quem passava e quem permanecia, guardando aquela região do morro, especialmente vulnerável a eventuais incursões bélicas de facções rivais ou da polícia. Três rapazes do movimento, fuzis a tiracolo, observavam.

Jandira tentou convencer Rose a estudar também. Anita lhe disse, com admiração, que a irmã era inteligente e gostava de estudar, não só para ensinar ao filho. Rose prometeu pensar a respeito. A animação contagiava a família.

Um dos rapazes do tráfico, adolescente, ouvia a conversa com indisfarçável interesse. Jandira percebeu e dirigiu-se a ele:

“E você? Não gostaria de estudar, ir à escola?”

“Não dá mais tempo, tia. Essa vida acabou pra mim.”

A forte impressão que essa frase causou na articuladora intensificou o sentido de urgência com que vivenciava seu trabalho.

O dia esperado finalmente chegou. Eram dez para as oito da ma-

nhã de segunda-feira. O dia da matrícula e da primeira visita de Nelinho à escola. Jandira estava de pé, à porta, tensa, olhando o relógio. Às cinco para as oito, lá estavam mãe e filho, mãos dadas, alegres como nunca os vira. Nelinho de banho tomado, uniforme do Flamengo tinindo de novo, sandálias brancas, novinhas, cabelo cortado com esmero e arte, dois frisos sinuosos nas laterais e um sorriso que não cabia no rosto.

Desde o dia primeiro da nova fase da vida daquela família, Jandira sentia-se gratificada. O trabalho valia a pena, a despeito de tudo, até dos fuzis do BOPE. A visita seguinte à família tinha dois propósitos: obter a assinatura de Rose em um documento e saber as novidades. A escola lhe dera boas notícias sobre Nelinho. Ela, agora, queria ouvir direto da fonte.

Jandira subia, como sempre, a via central da Corcova e, logo na primeira curva, um menino da idade de Nelinho perguntou-lhe se ia para a casa de Rose.

“Não tem ninguém lá.”

Ela quis saber por quê.

“Estão no enterro. A irmã dela morreu.”

Jandira mal conseguiu formular a pergunta sobre o que tinha acontecido.

“Ela tinha desaparecido, aí apareceu, foi pra casa, mas morreu de noite com espuma saindo da boca. Muito crack.”

O ônibus que levaria o povo da comunidade ao sepultamento estava estacionado a poucos metros da entrada da favela. Jandira passara por ele, mas jamais imaginaria a que se destinava. Ela ainda teve tempo de apertar a mão de Rose e de seu filho, pela janela. Do outro lado, achou a mãe e lhe fez um sinal.

Anita parecia o lado solar da família. A nova fase da vida da família de Nelinho não seria o que Jandira imaginara. Os dias incluíam noites longas.